

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN**

**O BRASIL GRANDE POTÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: O GOVERNO  
DO GENERAL MÉDICI (1969 – 1974)**

**Porto Alegre**

**2020**

**VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN**

**O BRASIL GRANDE POTÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: O GOVERNO  
DO GENERAL MÉDICI (1969 – 1974)**

Artigo final submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

**Porto Alegre**

**2020**

### CIP - Catalogação na Publicação

Mallmann, Vinícius Henrique  
O BRASIL GRANDE POTÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO  
DISCURSIVA: O GOVERNO DO GENERAL MÉDICI (1969 - 1974)  
/ Vinícius Henrique Mallmann. -- 2020.  
74 f.  
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Brasil Grande Potência. 2. Análise do Discurso.  
3. Formação Discursiva. 4. Governo Médici. 5. Ditadura  
Militar. I. Reis da Silva, André Luiz, orient. II.  
Título.

**VINÍCIUS HENRIQUE MALLMANN**

**O BRASIL GRANDE POTÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: O GOVERNO  
DO GENERAL MÉDICI (1969 – 1974)**

Artigo final submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFRGS

---

Dra. Cíntia Vieira Souto  
Ministério Público Federal

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFRGS

---

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais - UFRGS

Para Tatiana,  
pelo amor e companheirismo.

Para Lucca,  
por fazer o meu mundo melhor, todos os dias.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer a minha família pelo suporte e pelo apoio. Primeiramente, agradecer a minha esposa, Tatiana, pelo companheirismo, pelo auxílio e pela motivação. Assim, agradeço também ao meu pequeno, Lucca, que com seus cinco anos de idade encheu meu mundo de alegria, de trabalho e de perguntas que eu, muitas vezes, não sei responder. Juntos eles fazem o meu mundo melhor. Agradeço também aos meus pais, pelo suporte e pelas muitas noites que puderam acolher o Lucca para que eu pudesse trabalhar. Amo todos vocês!

Agradeço ao meu orientador, André Reis, por estar guiando os meus estudos desde 2016 e por ter aceitado essa tarefa novamente. Te agradeço pela leveza, pelas observações, pela dedicação e pela paciência com que essa tarefa foi conduzida por ti. Teu acompanhamento foi essencial para que este trabalho se concretizasse e para que eu conseguisse alcançar meus objetivos.

Agradeço também a Camille Amorim (Leite Riberio hehe) pela companhia e pelo trabalho em equipe ao longo deste mestrado. Agradeço da mesma forma ao Guilherme Ziebell, que além de ser parte da minha banca, se mostrou um ótimo amigo e um ótimo colega de trabalho, dividindo experiências e ensinamentos. Nós temos e ainda teremos muitos trabalhos pela frente!

Obrigado também ao pessoal da AD, principalmente à professora Solange Mittmann e à colega Lisiane Schuster, que me incentivaram neste percurso e que me mostraram o quão desafiador e emocionante esse caminho de análise pode ser. Sem vocês eu não teria conseguido!

Por fim, um agradecimento especial a minha banca, ao Professor Eduardo Svartman, que mais uma vez aceitou o meu convite, ao Guilherme Ziebell, e à professora Cíntia Souto, que muito me auxiliou, me dando sugestões de leitura, abrindo sua biblioteca para mim e compartilhando o seu conhecimento comigo.

Vocês que fazem parte dessa massa  
Que passa nos projetos do futuro  
É duro tanto ter que caminhar  
E dar muito mais do que receber  
[...]

O povo foge da ignorância  
Apesar de viver tão perto dela  
[...]

Ê, ô, ô, vida de gado  
Povo marcado, ê!  
Povo feliz!

Admirável Gado Novo  
Zé Ramalho

## RESUMO

Os anos 1960, no Brasil, foram de grande crescimento econômico e de profundas mudanças sociais que acarretaram no conhecido “Milagre Brasileiro” dos anos 1970. Neste sentido, procurou-se ostentar a ideia de que o Brasil poderia vir a fazer parte dos países desenvolvidos, o que projetou um Brasil externamente forte enquanto, internamente, a sociedade se moldava às faces da ditadura civil-militar. Esse desejo de romper com o estigma de país intermediário culmina na ideia do projeto “Brasil Grande-Potência”. Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho, utilizando a teoria do discurso de linha francesa – pecheutiana – como ferramenta metodológica, é analisar as formas como a ideia do “Brasil Grande Potência”, advinda dos discursos oficiais do governo, foi transmitida à sociedade civil, aos meios políticos e diplomáticos. Nesse sentido, caracterizando o processo de desenvolvimento e usando-o como marco analítico, selecionamos os discursos presidenciais e as falas do Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barbosa, contrastamos com a bibliografia existente e com notas da imprensa, a fim de esboçar como esse processo se formou. Dessa maneira, chega-se à conclusão de que o processo discursivo do Projeto Brasil Grande Potência teve dois vieses distintos: o interno, que buscou traçar uma imagem de país próspero, que certamente iria atingir e completar o processo de desenvolvimento e se tornar uma Grande Potência; e o externo, no qual era mais nítido que a imagem e o tamanho do Brasil encontrariam obstáculos e limitações para atingir esse fim.

**Palavras-chave:** Brasil Grande Potência. Análise do Discurso. Formação Discursiva. Governo Médici. Ditadura Militar.



## ABSTRACT

The 1960s, in Brazil, were of great economic growth and profound social changes that led to the well-known “Brazil’s economic miracle” of the 1970s. In this sense, we tried to show the idea that Brazil could become part of developed countries, which ended up projecting a strong Brazil externally, while internally society was shaped by the presence of the civil-military dictatorship. This desire to break with the stigma of an intermediate country culminates in the idea of the “Brazil Great Power” project. Bearing this in mind, the objective of this work, using the French line theory – Michel Pêcheux – as a methodological tool, is to analyze the ways in which the idea of the “Brazil Great Power”, coming from the official government speeches, was transmitted to the civil society and political and diplomatic circles. In this sense, characterizing the development process and using it as an analytical framework, we selected the presidential speeches and the speeches of the Minister of Foreign Affairs, Mario Gibson Barbosa, and contrasted them with the existing bibliography and with the press notes, in order to outline how this process was formed. Thus, it is concluded that the discursive process of the Brazil Great Power Project had two distinct biases, the internal one, which sought to trace an image of a prosperous country, which would certainly reach and complete the development process and become a Great Power; and the external, in which it was clearer than the image and size of Brazil would encounter obstacles and limitations to achieve this end.

**Keywords:** Brazil Great Power. Speech analysis. Discursive Formation. Médici Government. Military dictatorship.

## RÉSUMÉ

Le Brésil a connu dans les années 70 une grande croissance économique et de profonds changements sociaux qui ont conduit au soi-disant « miracle brésilien » des années 70. Dans ce contexte, nous montrons comment le Brésil pourrait compter parmi les pays développés, comment il a su projeter une image d'un Brésil fort à l'extérieur tandis que l'intérieur de la société restait fascinée par la présence de la dictature civil-militaire. Cette volonté de rompre avec la stigmatisation d'un pays intermédiaire culmine dans l'idée du projet « Brésil Grande Puissance ». Compte tenu de cela, l'objectif de ce travail, utilisant la théorie de ligne française – Michel Pêcheux – comme outil méthodologique, est d'analyser la manière dont l'idée du « Brésil Grande Puissance », issue des discours officiels du gouvernement, a été transmise à la société civile et aux milieux politiques et diplomatiques. En ce sens, définissant le processus de développement et l'utilisant comme cadre analytique, nous avons sélectionné les discours présidentiels et les discours du ministre des Affaires étrangères, Mario Gibson Barbosa, et les avons contrastés avec la bibliographie existante et avec les notes de presse afin de souligner comment ce processus a été formé. Ainsi, il est conclu que le processus discursif du projet Brésil Grande Puissance avait deux billets distincts: le biais interne, qui cherchait à tracer l'image d'un pays prospère, qui atteindrait et achèverait certainement le processus de développement et deviendrait une grande puissance; et l'extérieur, dans lequel il était plus clair que l'image et la taille du Brésil, rencontrerait des obstacles et des limites pour atteindre cet objectif.

**Mots-clés:** Brésil Grand Puissance. Analyse du discours. Formation discursive. Gouvernement Médici. Dictature militaire.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	Regime militar, desenvolvimento nacional e política externa .....	13
1.2	A formação ideológica do governo militar: o papel da ESG .....	24
<b>2</b>	<b>O BRASIL GRANDE POTÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: O GOVERNO DO GENERAL MÉDICI (1969 – 1974).....</b>	<b>29</b>
2.1	Introdução .....	29
2.2	Teoria e Ferramentas Metodológicas.....	32
2.3	O Conceito de Desenvolvimento e os Discursos de Médici: o Brasil Grande Potência nas palavras do presidente – uma formação discursiva entrelaçada.....	37
2.3.1	A Sociedade .....	43
2.3.2	Os Partidos Políticos .....	47
2.3.3	A Diplomacia .....	54
2.4	Considerações finais .....	61
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA A AGENDA DE PESQUISA.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo<sup>1</sup> busca analisar a relação discursiva do “Milagre Brasileiro”, que se fundamenta no projeto “Brasil Grande Potência”. Neste caso, é preciso ter em mente que o objetivo central não é o de relacionar os dados econômicos do período, tampouco o do padrão de crescimento do país – já muito debatidos pela literatura nacional e estrangeira<sup>2</sup> – mas sim a construção da imagem – interna e externa – de um país que, nos anos finais da década de 1960, se projetava nacional e internacionalmente como uma futura potência. Para que isso seja possível, utilizaremos a Análise do Discurso de linha francesa – pecheutiana – como ferramenta metodológica principal. A análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias, além de uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, ajudarão a embasar os argumentos deste trabalho.

A discussão desta dissertação se situa, temporalmente, no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974). Vale salientar, contudo, que serão analisados, de maneira geral, os governos militares brasileiros anteriores à gestão do presidente Médici, já que os acontecimentos de um governo repercutem diretamente no andamento dos processos institucionais da gestão subsequente. Logo, para entendermos o governo Médici, se faz necessário avaliar os governos anteriores, evitando, assim, lacunas de entendimento. O foco, no entanto, será dado ao governo Médici, já que foi neste período que a proposta de lançar o país como Potência Mundial foi utilizada, pela primeira vez, como propulsor das políticas governamentais.

Este artigo é composto de três seções<sup>3</sup>. A primeira seção consiste em uma introdução à dissertação – na qual é realizada uma revisão bibliográfica para apresentar o tema e auxiliar na compreensão dos elementos analisados posteriormente. A seção seguinte é composta por um artigo oriundo da pesquisa realizada durante o mestrado – no qual é apresentada a proposta de

---

<sup>1</sup> A pesquisa contou com financiamento, para realização do curso de mestrado, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Destaco, entretanto, as obras de Gremaud (1997) e Castro (2004), que tratam de todo o período militar brasileiro, traçando um panorama geral do modelo desenvolvimentista, bem como de seu esgotamento e de suas peculiaridades; Resende (1990), que descreve o desenvolvimento econômico no período 1964 – 1967, a gestação do Milagre Brasileiro; Lago (1990), que trata do período do milagre e das suas imperfeições econômicas e sociais; e, por último, Hermann (2005), que foca no endividamento externo como elemento fundamental para o Milagre Brasileiro.

<sup>3</sup> Seguindo os termos apresentados no Artigo 3º, Parágrafo Único, da Resolução nº93/2007 da Câmara de Pós-Graduação da UFRGS (<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/resolucoes-normativas/resolucao-no-93-2007-campg-publicacao-e-redacao-de-teses>)

explicação da relação entre “o” discurso do governo Médici e o projeto Brasil Grande Potência – e que está pronto para ser submetido a algum periódico científico da área de Ciência Política e das Relações Internacionais. A terceira seção, por fim, apresenta as considerações finais sobre o projeto de pesquisa, buscando traçar diretrizes que dão prosseguimento à pesquisa, de forma a aprofundar sua capacidade explicativa e/ou estender seu horizonte de aplicação.

O artigo procura responder às questões de “Como o discurso do governo Médici tentou romper com o estigma de país intermediário ao lançar o projeto Brasil Grande Potência, projetando-se nacional e internacionalmente como Potência” e de “como essa ideia de Grande Potência foi passada à sociedade civil e aos meios políticos e diplomáticos”. Para atingir seus objetivos, a pesquisa contou com a definição de conceitos a partir de literatura especializada – na área da Análise do Discurso, da Ciência Política e das Relações Internacionais –, análise documental de fontes primárias – discursos do governo, leis, diretrizes, material destinado à imprensa, etc. –, além de uma revisão bibliográfica sobre o regime militar.

O marco cronológico dessa dissertação é fruto de uma agenda de pesquisa maior, que tem como finalidade estudar a Política Externa Brasileira dos governos militares. A opção por analisar esse período específico da história brasileira, entretanto, deu-se pela proximidade à conjuntura atual do Brasil. Pela primeira vez depois do processo de redemocratização, temos um governo com composição militar, o qual tenta passar a imagem de um país fragmentado, mas que, segundo ele, “ressurge depois de estar à beira do socialismo” (BRASIL, 2019), ao passo em que formula uma construção discursiva ligada ao desenvolvimento e à (suposta) projeção do Brasil como potência mundial (BRASIL, 2019c). Os questionamentos sobre a gestão e as opções ideológicas dos governos anteriores (Lula e Rousseff) e a suposta ligação do Partido dos Trabalhadores com o comunismo ou com o socialismo perduraram durante o último – conturbado – processo eleitoral presidencial (2018) e se materializaram nos discursos e na fala do atual presidente (BRASIL, 2019b), tal qual os questionamentos sobre o governo de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros (SKIDMORE, 1979). As semelhanças são inúmeras para serem ignoradas.

## 1.1 Regime militar, desenvolvimento nacional e política externa

O golpe militar de 1964, chamado por seus perpetradores de “revolução libertadora nacional”, tinha por objetivo primário<sup>4</sup> o afastamento dos ideais comunistas que, supostamente, João Goulart buscava implantar com suas reformas institucionais (SKIDMORE, 1979; 1988). Entender o momento em que os militares chegaram ao poder por se posicionarem de forma contrária à ideologia comunista é fator importante para analisarmos, posteriormente, a formação ideológica militar e as opções e estruturas de controle e diálogo que foram impostas à sociedade. Ademais, é importante, também, para verificarmos como o discurso de desenvolvimento de um Brasil Potência foi construído e dirigido aos distintos polos de poder.

O processo de ruptura institucional que derrubou o governo de João Goulart e instaurou a ditadura militar no Brasil em 1964 tem muitas faces e caminhos interpretativos. Inúmeros foram os autores que, com metodologias de análise diferentes, trabalharam o período. Figueiredo (1993) divide a literatura explicativa do período em duas: a visão estrutural e a visão intencional (ou “orientada para o autor”) (FIGUEIREDO, 1993, p. 22). A visão estrutural estaria ligada aos fatores econômicos e/ou políticos e institucionais como determinantes para a tomada do poder pelos militares. Nesta visão, estão inseridos autores como Guilherme O’Donnell (1972; 1975) – o qual sustenta que as economias, para se desenvolverem com plenitude após o processo de industrialização, precisam ser reguladas de maneira mais eficaz – e Fernando Henrique Cardoso (1973), que afirma que o capitalismo, a certa altura, necessita quebrar os instrumentos de pressão e de defesa que estão disponíveis à sociedade, considerando, portanto, como inevitável a sustentação de um governo democrático.

Por outro lado, a visão de análise intencional mostra que o regime democrático foi exposto a pressões macropolíticas tão fortes que o levaram ao desmantelamento. Stepan (1978) argumenta que essas pressões não explicam todo o processo, por isso analisa, também, as decisões políticas e a qualidade de liderança de Goulart, que, em sua visão, tornaram o governo incapaz de manter suas alianças políticas, dando fôlego à oposição e levando, por conseguinte, à tomada de poder pelos militares. Figueiredo (1993) faz críticas às duas visões e constrói sua análise interligando as duas correntes. A conclusão da autora, no entanto, fica centrada em um caráter hipotético, pois trabalha com um núcleo de ações que, se fossem tomadas por Goulart em determinada circunstância, teriam a probabilidade de modificar o resultado e as atitudes do

---

<sup>4</sup> Segundo Golbery, os principais objetivos originais do golpe de 64 eram a intenção democrática, a longo prazo, ou seja, não havia, para o Brasil, solução autoritária a longo prazo que tivesse legitimidade (STEPAN, 1986).

aparato político brasileiro e, por conseguinte, dos militares, impedindo, ou não, que o golpe ocorresse (FIGUEIREDO, 1993).

Nenhuma dessas visões, entretanto, levam em conta o importante papel das pressões externas para a tomada de poder pelos militares, talvez por haver proximidade temporal entre essas obras escritas e os fatos, ou por ainda não terem sido reveladas, naquele momento, todas as práticas americanas de combate ao comunismo na América Latina. Não há dúvidas, atualmente, que o fator Estados Unidos e a operação *Brother Sam*<sup>5</sup> foram determinantes – ideológico, político e institucional – para que o golpe se concretizasse (SKIDMORE, 1979; 1988; BANDEIRA, 1989)<sup>6</sup>. Nesse sentido, faz-se necessária a inclusão da discussão do papel da Política Externa Brasileira (PEB) para o entendimento desses processos, a qual, por sua vez, também possui caminhos interpretativos distintos. Dentre essas diferentes interpretações que visam a analisar a Política Externa Brasileira em um período mais amplo, algumas são dignas de destaque: a corrente de estudo de Matriz de Política Externa (principais expoentes são Ricardo Sennes (2003) e André Reis da Silva (2009), a corrente de Autonomia (cujos expoentes são Gerson Moura (2012), Gelson Fonseca Junior (1998) e Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007), a corrente de estudos sobre a dinâmica entre globalismo *versus* americanismo (Letícia Pinheiro (2004)), ou a corrente de estudos dos Paradigmas (cujo principal nome é Amado Cervo, 2003). Optamos, aqui, por dar seguimento à análise por meio dos Paradigmas, por acreditarmos haver maior conexão com o objeto de estudo deste trabalho<sup>7</sup>.

Para Amado Cervo (2003), os Paradigmas seriam determinados e caracterizados por meio da união de três elementos distintos (identidade cultural, percepções de interesse e elaboração política). Nesse sentido, o autor considera que o Brasil, ao longo de toda sua história como República, atravessou quatro fases distintas e, com elas, quatro diferentes Paradigmas. Seriam eles: o Paradigma Liberal Conservador (início do século XIX até o fim da Primeira República, em 1930), o Paradigma do Estado Desenvolvimentista (até o final dos anos 1980), o Paradigma

---

<sup>5</sup>A operação *Brother Sam*, preparada desde 1963 pela inteligência dos Estados Unidos e parte do estamento militar brasileiro, consistia na ajuda militar norte-americana ao golpe de 1964 no Brasil. Caso houvesse resistência por parte dos apoiadores de João Goulart, os Estados Unidos atracariam um porta-aviões, que estava em deslocamento para o Brasil, na costa brasileira e apoiariam as forças golpistas. Como não houve reação armada por parte dos apoiadores de Goulart, a operação foi cancelada e o porta-aviões retornou para o Caribe (FICO, 2008).

<sup>6</sup> Os Estados Unidos mantiveram oficiais da CIA no Brasil, dentro da embaixada e dos consulados americanos e também em outras repartições, de onde auxiliavam e treinavam os dirigentes e a cúpula tecnocrata militar brasileira (BRAGA, 2002).

<sup>7</sup> Vale salientar, contudo, que novos estudos sobre a política externa do regime militar vêm sendo produzidos, a partir de novas fontes e interpretações teóricas, a exemplo de Silva; Svartman (2018).

do Estado Normal (neoliberalismo), que teria sido vigente entre o início dos anos 1990 até o início dos anos 2000, dando lugar ao último Paradigma, o do Estado Logístico. Para fins deste trabalho, vamos nos ater aos dois primeiros Paradigmas, de modo a entender a dinâmica de transição entre um e o outro.

Consoante Cervo (2003), o Paradigma Liberal-Conservador originou-se por meio das distintas composições formadas pelas elites que aqui permaneceram após a independência de Portugal. Desse modo, o liberalismo econômico de caráter europeu (principalmente de Portugal e Inglaterra), que mantinha vigente as relações financeiras e econômicas e o modo de produção, aliou-se ao conservadorismo político, responsável por manter a balança de poder no Prata favorável ao Brasil e por imprimir importância crucial às fronteiras, conciliando, mesmo que de maneira paradoxal, subserviência e soberania. Assim, a inserção internacional do país era balizada por meio dessa união dual, servindo, junto do Estado, como instrumentos para o alcance do que era tido, à época, como o interesse nacional: a exportação dos produtos primários (que geravam renda para a importação de bens de consumo diversos) e a disponibilidade de mão de obra, já que a elite era a grande detentora da terra e, com isso, a detentora do poder.

Sob o mesmo viés, Cervo (2003) argumenta que esse paradigma foi vigente até as primeiras décadas do século XX, quando o desmantelamento do campo capitalista com a crise de 1929 engendrou importantes mudanças nas relações Estado-Sociedade e, por conseguinte, alterou a dinâmica externa do país. Internamente, a renda advinda dos campos de café deu origem ao aglomerado urbano e à pequena burguesia nacional, que, nessa época, era dinâmica o suficiente para demandar as mudanças necessárias à manutenção do emprego e da renda na cidade. Aliado a isso, os militares exigiam melhores condições, treinamento e material de forma a prover a segurança nacional, e os intelectuais (e certos grupos políticos) contestavam as decisões do Estado (REIS, 1988). Externamente, o cenário era, também, desfavorável. As exportações brasileiras caíam à medida que a crise econômica se prolongava e que novos mercados fornecedores surgiam, gerando concorrência e instabilidade aos negócios do país. Da mesma maneira, as grandes guerras internacionais e a política americana da boa vizinhança causavam incerteza. Tendo isso em vista, a política de agroexportação foi paulatinamente sendo substituída, rompendo com o paradigma liberal-conservador, dando espaço para que um novo paradigma surgisse, o do desenvolvimentismo (CERVO, 2003).



O paradigma do desenvolvimento nacional (principalmente da indústria, que era vista como o motor da Nova Sociedade) comandaria, também, a nova política externa. Assim, a chancelaria começou a fazer uso da diplomacia econômica para tratar dos assuntos externos, bem como auxiliar a promoção da indústria nacional na medida em que tentava abrir novos mercados aos produtos industriais brasileiros. Ademais, a autonomia dos processos decisórios foi implementada, substituindo a subserviência externa que imperou no passado, com o objetivo de elevar o grau de reciprocidade nas relações internacionais. O que é consoante, também, com as ideias de Sato (1998), para quem o mais importante, contudo, foi a realização de um projeto nacional de desenvolvimento, que envolvia toda a sociedade, e, é claro, utilizava a diplomacia como meio para atingir seus objetivos. Nesse sentido, consolidou-se, paulatinamente, a ideia de um nacionalismo econômico, em que o Estado assumia a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento nacional, por meio da industrialização e do crescimento econômico. Nessa etapa, em que os militares assumem o poder, o Estado ampliou massivamente a utilização das empresas nacionais e engendrou o crescimento exponencial do capital privado e do que, posteriormente, seria conhecido como as Gigantes Nacionais. O capital privado, sob as ordens do Estado, foi um dos motores responsáveis pelo crescimento econômico e o desenvolvimento do país (CAMPOS, 2014).

O desenvolvimentismo, embora praticado por todos os governantes do período (desde Vargas até Geisel), não foi utilizado da mesma maneira, ficando à mercê dos distintos vieses políticos. A divergência quanto ao modelo a ser adotado para atingir o desenvolvimento do país foi sinônimo de disputa política (CERVO, 2003). Os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e de Castelo Branco (1964-1967) optaram por uma vinculação política, geopolítica e econômica, com os Estados Unidos, num vínculo dependente-associado ao capital externo (SATO, 1998; VISENTINI, 1995). Esses governos, no entanto, representaram, segundo Cervo (2003), um interregno num plano de desenvolvimento autônomo, que deveria ser dirigido, indubitavelmente, pelo Estado nacional, criando autonomia política em relação às potências estrangeiras e diversificando o núcleo econômico interno. Não foram, contudo, capazes de desassociar o capital externo, que crescia exponencialmente em importância para a manutenção do desenvolvimento interno do país (CAMPOS, 2014).

Analogamente aos paradigmas de Amado Cervo (2003), a política externa do primeiro governo militar, Castelo Branco (1964 – 1967), é tida por muitos autores como de alinhamento

(quase) automático em relação aos Estados Unidos (SILVA, 2004; BANDEIRA, 1989; VISENTINI, 2004). Neste governo, o Brasil aderiu às ideias norte-americanas de Fronteiras Ideológicas para combater o comunismo na América Latina e se posicionou de forma proativa aos interesses dos Estados Unidos na região. A proteção da civilização ocidental do inimigo comunista foi fator determinante para implementação de uma série de medidas institucionais que tinham como o objetivo a tomada de poder, enquanto o discurso oficial aludisse à manutenção democrática (SILVA, 2004; VISENTINI, 2004). Em função disso, surge a necessidade da “defesa coletiva” e “integral”, ou seja, a ideia de que a contenção do comunismo deveria desdobrar-se em todos os planos, “do militar ao político, do econômico ao ideológico”. Nesta defesa, cada país teria um papel de acordo com uma divisão realizada entre os membros ocidentais (reconhecimento de uma divisão internacional de funções entre os países membros da aliança ocidental, na qual os EUA teriam responsabilidade maior) (SION, 2016). Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional pregava que a Política Externa não poderia ser *independente*, só poderia ser *interdependente* e com base na segurança coletiva (a segurança coletiva é tida como um modo de se caminhar para o desenvolvimento) (OLIVEIRA, 2010).

Castelo Branco projetou a sua política externa para o hemisfério ocidental, desarticulando a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros e João Goulart, dando ênfase às negociações bilaterais e favorecendo o capital estrangeiro (SATO, 1998; RICUPERO, 1996). Ademais, recolocou o Brasil diante do conflito Leste-Oeste, abandonando a retórica de contestação da posição Norte-Sul, potencializando uma possível (e desejável) aliança preferencial com os Estados Unidos. O objetivo principal de Castelo Branco era o de fomentar uma união entre o Brasil e os Estados Unidos para aumentar a sua projeção regional frente aos vizinhos, tornando-se o principal aliado dos americanos e relegando ao segundo lugar o seu maior rival, a Argentina (SILVA, 2004). Às potências médias, era atribuída a condição de subliderança (Argentina, Brasil e México deveriam substituir os EUA garantindo a ordem no continente, já que os países mais pobres e atrasados eram tidos como mais propensos à subversão) (SION, 2016).

Dentro desse contexto, o Brasil é inserido na ideia de Círculos Concêntricos, em que os interesses do Brasil passariam a ser guiados, externamente, pela aproximação do país aos círculos, estando a América Latina em primeiro lugar, seguida pelo continente americano e, posteriormente, pelo Hemisfério Ocidental. Nesse sentido, o Brasil tentou valorizar as

possibilidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e fomentar a aproximação e o estreitamento dos laços com os vizinhos, o que foi visto, na América Latina, com estranheza, por acreditarem que o Brasil tinha pretensões hegemônicas sobre a região – retornam as ideias do subimperialismo brasileiro (RICUPERO, 1996). Assim, o Brasil dá início a um programa de integração com os vizinhos, se integrando com a Bolívia (com redes de infraestrutura de transportes e comércio bilateral) e com o Paraguai (Ata das Cataratas coloca Paraguai em sua esfera de influência). Na mesma medida, o Brasil adere à Força Interamericana de Paz (intervenção na República Dominicana – com o objetivo de afastar a ameaça de uma “nova Cuba” na região). Contudo, mesmo na tentativa de estreitar os laços e mesmo pendendo politicamente aos Estados Unidos, o governo Castelo Branco nega o pedido norte-americano de participação na Guerra do Vietnã (SION, 2016).

As relações do Brasil com os Estados Unidos começam a mudar de forma, de maneira mais significativa, no governo Costa e Silva (1967 – 1969), que inaugura a “Diplomacia da Prosperidade” (MARTINS, 2015). Costa e Silva uniu pressupostos da PEI (como a solidariedade ao terceiro mundo e o multilateralismo), condicionou a segurança ao desenvolvimento e remodelou a inserção internacional brasileira. Diferentemente de seu antecessor, o qual via a Segurança como prioridade do governo na luta contra o comunismo, acreditava que, para vencer o (e para se proteger do) comunismo, o país necessitava, antes, se desenvolver. A ideia central, portanto, era buscar no sistema internacional a ajuda necessária para o desenvolvimento interno do país. Dessa maneira, a aliança externa com diversos países, retirando a primazia norte-americana, era tida como fundamental, uma vez que o afluxo de capital internacional na gestão Castelo Branco foi brando, não houve transferência tecnológica dos países centrais, a cooperação inicial com a Argentina foi transformada em desconfiança e rivalidade (potencializando a corrida nuclear entre os dois países) e a comunidade latino-americana negou a integração político-econômica proposta pelos Estados Unidos e pelo Brasil. Costa e Silva não iria incorrer nos mesmo erros (MARTINS, 2015).

Pós-Castelo Branco, as ideologias foram relativizadas, o dogmatismo cedeu lugar ao pragmatismo, e o Brasil procurou manter um distanciamento estratégico com os EUA. Nas relações econômicas, a partir do fim dos anos 1960, ocorre uma perda da complementariedade econômica entre os dois países, e o Brasil procurou diversificar os seus mercados para países desenvolvidos e em desenvolvimento a fim de exportar seus manufaturados. A estratégia de

defesa coletiva integral não gerou uma política hemisférica interdependente, mas sim uma dependente. Dessa forma, o governo Costa e Silva pode ser considerado como um ponto de inflexão na PEB, marcado pela retomada de aspectos do governo de João Goulart, em que a questão-chave volta a basear-se nas distinções norte-sul, nas diferenças entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Conceitos de soberania nacional e de segurança nacional voltam a ganhar espaço, e a recusa de aderir ao Tratado de Não Proliferação confirma isso, assim como a afirmação de que recai sobre as Forças Armadas de cada país latino-americano a responsabilidade de defender as instituições nacionais contra agressões externas (CERVO; BUENO, 2002).

A nível regional, o Brasil teve participação ativa na criação da Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA) para excluir os EUA e evitar a institucionalização dos desacreditados mecanismos de cooperação hemisférica, no esforço para constituir a comunidade latino-americana do átomo e também com as considerações contra a Aliança para o Progresso (ALPRO), que visava à recusa dos privilégios decorrentes da divisão internacional do trabalho e criticar as políticas discriminatórias dos países industrializados. Ademais, o conceito de subdesenvolvimento surge como razão para o conflito Norte e Sul, e o governo Costa e Silva defende uma integração consentida, pela via terceiro-mundista. Nesta visão, a solução para o desenvolvimento era a união dos pequenos, pobres e fracos. A Diplomacia da Prosperidade, assim, acredita que é o desenvolvimento que condiciona a segurança nacional dos países, desvinculando a ideia de desenvolvimento com a de segurança coletiva (o Brasil adere à resolução feita em Buenos Aires em 1967, afastando-se das propostas de institucionalização dos mecanismos de segurança coletiva continental) (LIMA, 2006). Essa nova meta de Política Externa tinha como princípio básico a afirmação da soberania e a promoção do desenvolvimento. Entretanto, externamente, as relações com Portugal continuam na linha de Castelo Branco, apoiando o colonialismo, mesmo com a percepção de que o Brasil se insere melhor no lado Sul da disputa Norte-Sul. Apesar dos conflitos com os EUA, Costa e Silva apostava na Aliança para o Progresso, mesmo que os recursos recebidos tenham ficado aquém do esperado em 1967, e procurava conformar-se nas negociações com o FMI (LIMA, 2006)

A Diplomacia do Interesse Nacional,<sup>8</sup> com o chanceler Mário Gibson Barbosa a sua frente, reorganizou a inserção estratégica do Brasil no governo Médici, a partir das mudanças internacionais que estavam ocorrendo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. A tendência de declínio hegemônico dos Estados Unidos no cenário internacional elevou a capacidade de atuação das potências médias regionais, como Índia e China, e abriu espaço para que antigos centros econômicos (como a parte ocidental da Europa e o Japão) expandissem seu desenvolvimento, bem como novos centros emergissem, como a Europa socialista, capitaneada pela União Soviética. Essa diversificação do sistema internacional, não mais pautado somente pelo núcleo dominante (EUA), engendrou maior liberdade de ação internacional dos países médios, como o Brasil, que poderiam aumentar seu poder de barganha ou contornar os antigos mecanismos de dominação, característicos da dominação vertical com os Estados Unidos (VISENTINI, 2004; SOUTO, 2013).

Desse modo, levando em conta a diversificação da estrutura econômica global e as alterações sistêmicas nas relações internacionais, o governo Médici adentrou na política internacional de maneira mais pragmática em relação aos dois governos anteriores. A diplomacia brasileira se engajou na tentativa de aproveitar as lacunas existentes nas relações entre o Norte e o Sul, aceitando, ao mesmo tempo, as relações de poder previamente estabelecidas. O Brasil não tentou romper com o imperialismo vigente, mas, sim, jogar dentro dele, na tentativa de construir uma via internacional que expandisse as oportunidades de crescimento e desenvolvimento da sua economia, capitaneado pelo projeto Brasil Grande Potência. A opção de dualidade entre o multilateralismo e o bilateralismo pode ser explicada sob esse viés, na medida em que a política externa do Governo Médici voltou-se ao multilateralismo para lidar com questões de ordem econômica a nível global e optou pelo bilateralismo quando os interesses materiais da nação estavam envolvidos (SOUTO, 2013; MARTINS, 1974).

Por meio dessa nova perspectiva e do estudo dos “fracassos” da década de 1960, em que os ricos se tornaram mais ricos, e os pobres, mais pobres, algumas falácias são levantadas pelo ministro Gibson Barbosa. A primeira seria a “Falácia do subdesenvolvimento autogênito”, que

---

<sup>8</sup> De acordo com Souto (2013), a chamada “Diplomacia do Interesse Nacional” não foi tutelada pelo chanceler e nem foi de utilização à época. Em entrevista ao CPDOC, Gibson Barbosa afirma que sua política externa não recebia esse nome, bem como a ele nada agradava títulos às políticas externas (SOUTO, 2013). De toda forma, manteremos essa nomenclatura durante o trabalho pelo fato de sê-la comumente utilizada na literatura para referenciar à política externa de Médici e de Gibson Barbosa.

dizia não haver inter-relação entre os mundos com diferente grau de desenvolvimento, ignorando, segundo Barbosa, o fato do subdesenvolvimento ser um produto da divisão internacional do trabalho. A segunda seria a “Falácia do paternalismo”, que acreditava no desenvolvimento atrelado a laços especiais com certos países. E a última seria a “Falácia gradualística”, em que o desenvolvimento é um processo de longo prazo, fato que, argumentava Barbosa, esquece a inexistência de subdesenvolvimento ao tempo da revolução industrial (MARTINS, 1974).

Essa visão pode ser comprovada quando da análise documental dos Relatórios Anuais do Ministério das Relações Exteriores, que esboçam as negociações brasileiras em ambos os domínios (multi e bilateral). Há uma clara intenção de preferência pelo caminho bilateral quando questões de ganho material estão envolvidas nas negociações. O caminho multilateral, contudo, fica restrito à esfera política de negociações quando o Brasil tem a percepção de que é necessário sustentar a argumentação com o endosso dos demais (BRASIL, 1969; 1970b; 1971d; 1972; 1973c), movimentação típica de uma potência média em ascensão (SENNES, 2003). Em discurso proferido para a Escola Superior de Guerra, em 17 de junho de 1970, o então Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, ao falar sobre a Política Externa Brasileira que estava sendo implementada pelo governo Médici, dialoga sobre a questão de preferência (ou não) pela inserção internacional do Brasil pautada pela primazia do multilateralismo (como foi na gestão Costa e Silva). A saber:

[...] aproveito para dizer que reputo estéril o debate sobre a primazia da ação multilateral sobre a ação bilateral, na formulação e execução de nossa política externa, pois me parece claro que os dois planos, em vez de se antagonizarem, se completam. Com efeito, se nossa atuação bilateral, de país para país, é aquela em que expressamos nossa identidade nacional, nossas características próprias, nosso estágio individual de desenvolvimento econômico, social e cultural, no plano de ação multilateral nos incorporamos a uma força coletiva que, assim o esperamos, poderá forçar as barreiras da desigualdade e da injustiça – e por que não dizer? – em benefício da paz, da verdadeira paz, que não existirá enquanto não se lançar uma ponte sólida e permanente entre as Nações ricas e as pobres (BARBOSA, 1970, p.165).

Embora nessa gestão o Brasil tenha abandonado o discurso terceiro mundista e amenizado o tom político de suas reivindicações, as contestações concernentes à superação da pobreza pelos países pobres em relação aos ganhos exacerbados dos países ricos se mantiveram em pauta (SOUTO, 2013). A busca pelo desenvolvimento passaria, dessa maneira, por outros rumos, dada a ineficiência que os governos anteriores (nacionais e internacionais) tiveram ao buscá-la, como

aponta o chanceler brasileiro, ao discursar na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Genebra, em 10 de julho de 1970:

[...] analisemos os resultados do esforço internacional na última década. Não estamos revelando segredo ao dizermos, desde já, que, em nossa opinião, o saldo da década de sessenta nesse terreno é um saldo de fracasso. A primeira década não conseguiu elaborar uma estratégia para o desenvolvimento; não conseguiu reunir os recursos necessários ao desenvolvimento; e não conseguiu provocar e motivar a vontade de desenvolvimento. Em outras palavras, registrou-se fracasso em planejamento e coordenação [...] a chamada Década do Desenvolvimento foi, na realidade, uma Década de Paradoxos. Os países ricos enriqueceram, e os países pobres se tornaram ainda mais pobres (BARBOSA, 1970, p. 143).

Dadas as contestações internacionais quanto ao desenvolvimento das nações e à adoção do Projeto Brasil Grande Potência internamente, o Brasil de Médici pôde se lançar rumo à consolidação de acordos que o permitissem adentrar o *hall* das Grandes Potências. Dessa maneira, o abandono do terceiro mundismo de Costa e Silva e a opção bilateral de negociação que tomara o Itamaraty a partir de então podem ser entendidos como meios de o Brasil atingir altos graus de desenvolvimento (de uma maneira rápida) com parcerias externas que fossem fundadas pelas características materiais, e não ideológicas. A complexa (e talvez contraditória) relação com os Estados Unidos pode ser encarada da mesma forma. A visão realista da Diplomacia do Interesse Nacional possibilitava criar espaços de diálogo em que a solidariedade abria espaço para a conclusão de acordos bilaterais que garantissem (ao menos em tese) possibilidades de acesso a mercados e tecnologias de que até o então o Brasil não dispunha (SOUTO, 2013). Os documentos de política externa do período evidenciam essa mudança em relação aos governos anteriores (BRASIL, 1970; 1973a; 1973b; 1974).

O Brasil, a partir de Médici, começaria a focar, cada vez mais, na sua consolidação como uma Potência, e seus esforços internacionais estariam orientados para esse objetivo. Dessa maneira, não cabia ao Brasil manter laços tão profundos com os Estados Unidos, da mesma forma que não cabia o rompimento ou o confronto direto (SOUTO, 2013). De maneira geral, essa nova visão de individualidade histórica do Brasil, deixando de lado a postura terceiro-mundista, mas anexando a distinção entre as políticas externa e internacional, o desejo de superar as falácias da década de 1960, e a Diplomacia do Interesse Nacional, fazem Médici iniciar, de fato, o projeto Brasil Grande Potência, que visava anexar o país ao mundo desenvolvido (MARTINS, 1974).

## 1.2 A formação ideológica do governo militar: o papel da ESG

Para entendermos a formação ideológica do governo militar, é necessário antes entendermos a formulação geopolítica na qual ela está inserida. Os primeiros trabalhos brasileiros sobre geopolítica começaram a ser escritos, de maneira mais abrangente, na década de 1920 (MIYAMOTO, 1995), enquanto a primeira obra que menciona a construção de um Brasil Potência é de 1919, de Elyseo de Carvalho (SOUTO, 2013). Entre 1920 e 1930, o que mais se produziu nessa nova área do conhecimento foram estudos sobre as fronteiras terrestres e marítimas do Brasil, os quais demonstravam a necessidade de proteção desses territórios. A preocupação dos autores centrava-se na (má) distribuição do território e nas possibilidades de fragmentação que poderiam acontecer devido às discrepâncias políticas regionais. A partir de 1930, contudo, com obras de Mário Travassos, a geopolítica brasileira foi remodelada, e a ideia de *projeção continental do Brasil*<sup>9</sup> ganha força. A preocupação central do autor foi a capacidade de utilização da geografia territorial do Brasil e de como utilizá-la para sua proteção (principalmente as saídas marítimas). O trabalho do referido autor é o primeiro a dar importância continental ao Brasil e a estudar os problemas e potencialidades ligados a isso<sup>10</sup> (MIYAMOTO, 1995; SOUTO, 2013).

A partir da década de 1940, com o aprofundamento da Segunda Guerra Mundial, multiplicam-se os estudos sobre a geopolítica no Brasil. Nesse período, o enfoque das obras foi a ligação entre problemas nacionais e proposições para superá-los à luz da geopolítica. É nessa época em que os trabalhos começam a tratar mais especificamente da projeção internacional brasileira e das possibilidades de o Brasil ascender ao grau de Potência Mundial. A Segunda Guerra mostrou ao mundo a utilização empírica das teorias geopolíticas. Com o fim do conflito mundial, os estudos geopolíticos ganham fôlego, e as Forças Armadas Brasileiras demandam a criação de um organismo especializado para estudar e profissionalizar os seus agentes. Como analisa Miyamoto (1995, p. 77), “nesse período vai surgir a instituição que se convencionou designar como o laboratório ideológico das Forças Armadas Brasileiras”. Assim, em 1948, o

---

<sup>9</sup> Título reeditado da primeira obra de Travassos.

<sup>10</sup> O autor se refere, por exemplo, aos perigos que a Argentina apresentaria numa possível guerra, já que o país vizinho está mais bem conectado com o continente (e possui saídas marítimas para dois oceanos por meio das ligações continentais férreas). Constrói, assim, um arcabouço teórico que será utilizado, posteriormente, de embasamento para as ideias geopolíticas da obra de Golbery (MIYAMOTO, 1995).



então presidente Eurico Gaspar Dutra institucionaliza, por meio do Decreto nº 25.705, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), a qual começaria a funcionar, efetivamente, em agosto de 1949 (BRASIL, 1948). A Escola ficou condicionada diretamente ao presidente da república por meio do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

A ESG foi estruturada, desde sua criação, para impedir o avanço das teorias comunistas no país, formulando uma política de Segurança Nacional, e para guiar o desenvolvimento brasileiro (SCHILLING, 1981; SKIDMORE, 1988). Criada aos moldes do *National War College*<sup>11</sup> de Washington, a Escola esteve intimamente ligada ao pensamento americano de combate ao comunismo e de salvação da comunidade ocidental (cristã)<sup>12</sup> e manteve, até os primórdios da década de 1970, oficiais americanos em sua sede, os quais eram responsáveis por dar apoio técnico e profissionalizante aos militares brasileiros. Um dos principais propósitos da ESG foi a formação intelectual (doutrinária) de parcelas da elite brasileira (civil e militar), as quais seriam engajadas, posteriormente, a assegurar os objetivos da instituição (ESG, 2019; BARROS; CHAVES, 2019).

Segundo Stepan (1986), a ESG foi o órgão responsável pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional, que teve entre 1952 e 1956 o seu maior período de iniciativa doutrinária (sistema de ensino e socialização militar). Foi nesse período que as ideias de associação entre o

---

<sup>11</sup> Miyamoto (1995) aponta que, mesmo que tenha servido como molde, a ESG, desde o início, se diferenciou da versão americana. Um dos exemplos dessa diferenciação estaria no fato de a ESG aceitar (e convocar) civis para ocupar cargos em todos os seus setores, algo que não acontecia na *National War College*, que só aceitava funcionários do Estado. Garcia (1997) corrobora também essa visão, ao elencar inúmeros pontos (políticos) destoantes da relação Brasil – Estados Unidos. Para o autor, a ESG, desde o começo, era anticomunista e, dada essa configuração, naturalmente o aliado principal seriam os americanos. A visão institucional da Escola partilha desse pensamento: em divulgação de um manual sobre os “Fundamentos do Poder Nacional”, a Escola coloca que havia diferenças entre as duas instituições. A dos Estados Unidos ligada à guerra, enquanto a brasileira, à formação de uma elite pensante capaz de solucionar os problemas brasileiros (ESG, 2019).

<sup>12</sup> MARTINS FILHO (2008) traz uma perspectiva um pouco diferente. Segundo levantamento do autor, a ESG recebeu forte influência da linha doutrinária francesa da *guerre révolutionnaire*, muito antes de o pensamento americano sobre a guerra de “contrainsurreição” ser difundido pelo governo Kennedy. Os princípios da guerra revolucionária francesa pregavam a salvação do mundo ocidental e da comunidade cristã, que estava sendo absorvida pelos ideais comunistas. Já que os Estados Unidos estavam muito mais preocupados com a guerra nuclear, caberia aos franceses estudar, pensar e caracterizar um novo tipo de guerra (principalmente após os ensinamentos das derrotas na Indochina e na Argélia). Assim, um dos principais pontos da doutrina francesa é a ideia de que o domínio das informações é necessário ao combate contra o inimigo, necessitando haver um comando político-militar unificado capaz de processar e analisar essas informações. Nesse sentido, a doutrina francesa entra nos meios civis, e deixa claro que se a sociedade democrática não tem capacidade de assegurar apoio necessário para que o Exército cumpra suas funções de combate ao inimigo, a ação mais lógica seria mudar a sociedade, não o Exército. A tomada de poder, nesse sentido, pelos militares, ou a troca de regime (para um regime ditatorial, ou militar) seria, nesse caso, fundamental para a defesa da sociedade. O que fortaleceria, portanto, a ESG e os seus objetivos, que, como aponta Miyamoto (1995), desde o seu início teve a intenção de assumir o poder do Estado para efetivar seus objetivos.

pensamento americano sobre segurança nacional e combate ao comunismo foram passadas às esferas militares e civis e, também, que a Escola começa a gestar a formação de uma Elite Nacional profissionalizada, a qual “procurava uma oportunidade para se alçar ao poder” (MIYAMOTO, 1995, p. 109). A burguesia nacional brasileira (que nesse período começava a se aliar, de maneira mais proeminente, ao capital externo) foi conquistada pelas ideias da ESG, o que assegurou, posteriormente, apoio ao golpe militar de 1964 (MIYAMOTO, 1995; SCHILLING, 1981). Miyamoto (1995) aponta que a ESG, desde o início, demonstrava que haveria a possibilidade de intervenção contra o perigo comunista e que a Escola foi pensada e estruturada com o objetivo final de chegar ao poder.

Barros e Chaves (2019) afirmam que o papel da ESG no golpe militar foi primordial. O general (então Ministro da Guerra) Henrique Teixeira (Lott) começou a afastar do comando das tropas do exército os militares que se opuseram ao contragolpe que manteve no poder Juscelino Kubitschek, em 1955. Lott designou a maioria desses oficiais para a ESG, que lá tiveram tempo para pensar e planejar (conspirar), de maneira distante do governo central, a tomada de poder. Nesse sentido, esses militares (no ostracismo da ESG) tiveram como circular pelo país e divulgar suas ideias, ampliando suas redes de contato e apoio (civil e militar), sem levantar suspeitas, já que se movimentavam livremente sob a justificativa de estarem prestando tarefas didáticas referentes aos cursos oferecidos pela Escola (BARROS; CHAVES, 2019).

Não há então motivos para duvidar que a ESG procurou desde o início elaborar um modelo de desenvolvimento para fazer com que o país passasse a ocupar um lugar de relevo no concerto internacional das nações. O que se esperava era apenas a chance de se colocar em execução esse plano. Findava também em 1964 o papel de falso moderador que os militares, com a sua presença, sempre quiseram impor ao país. A partir desse momento, passaram a atuar como um partido, porque, organizando-se em volta de uma doutrina, estabeleceram um programa de ação e assumiram, por meio da força, o controle do aparelho de Estado. (MIYAMOTO, 1995, p. 123).

No que tange à política externa, Garcia (1997) defende que os estudos sobre as relações internacionais, pensados pela ESG, cederam espaço, após 1961, à preocupação interna com o Brasil, o que corrobora a ideia de que a Escola estava preparando e se aperfeiçoando para a tomada do poder interno. A saber:

Um traço peculiar à doutrina da ESG, particularmente após 1961, foi o da *introspecção estratégica*, provocada pela lógica de guerra interna inerente à DSN. Os estudos sobre relações internacionais passaram a um plano secundário, ou eram mesmo quase

inexistentes, a não ser quando se referiam especificamente à ameaça hipotética oriunda dos países comunistas. A preocupação com a “guerra revolucionária” e a “segurança interna” trouxe para o âmbito doméstico a linguagem, o discurso e as concepções utilizadas comumente para o estudo e o entendimento do meio internacional (GARCIA, 1997, pg. 26).

O período de maior importância política da Escola foi entre 1964 e 1967, quando muitos dos membros do grupo mais importante que se estabelecera entre 1952 e 1956 formularam e implementaram as diretrizes do primeiro governo militar. Stepan (1986) expressa que a ESG foi a instituição-chave responsável pela sistematização, reprodução e disseminação do *corpus* oficial da Doutrina de Segurança Nacional e de seu relacionamento com a *polis* – na campanha ideológica e em seu alcance entre os civis. A reformulação burocrática e ideológica e os ideais preconizados pela ESG transformaram as Forças Armadas Brasileiras. Consoante Stepan (1986), as mudanças no conteúdo do profissionalismo militar contribuiriam para a expansão autoritária daquilo que os militares concebiam como seu papel na *polis*, ou seja, o novo profissionalismo surgiria de maneira proeminente na autojustificativa dos militares para explicar seu largo papel na política.

O novo profissionalismo da segurança interna e do desenvolvimento nacional, no Brasil, produziu um Sistema Nacional de Informações (SNI) (menos de três meses após a tomada do poder pelos militares) que, em termos formais, monopolizou mais funções do que seus correspondentes em qualquer outro Estado relevante do mundo e, ao contrário destes, mantinha todas as atividades de rotina sob a supervisão exclusiva do chefe de Estado (STEPAN, 1986). Não havia nenhum controle institucionalizado, legislativo ou executivo, sobre o SNI. A lei simplesmente decretava que o SNI era um órgão da Presidência da República (Decreto-lei 4341/64). O único meio efetivo e institucionalizado de controle sobre o SNI era o direito do presidente de confirmar os funcionários, uma vez por ano (BRASIL, 1964). O SNI, órgão de inteligência mais importante dentro e fora do Brasil, começou como um órgão que deveria recolher, coordenar e avaliar informações. De 1968 em diante, expandiu-se consideravelmente, ao ponto de “se transformar na quarta Força Armada, embora não uniformizada”<sup>13</sup> (COIMBRA, 2000, p. 12).

---

<sup>13</sup> Coimbra (2000) faz um trabalho de sistematização das atividades da Doutrina de Segurança Nacional a partir da ESG, e de como essas instituições utilizaram do SNI e de outros organismos (vice e versa) para se fortalecerem e criarem um aparelho repressivo (e de tortura) do Estado consoante os ditames da DSN vigente.

Parece haver um consenso na literatura brasileira sobre a utilização da ESG como promotora das ideias geopolíticas e de sua utilização como fomentadora da ideologia de frações de classe do governo militar. O destaque dado à Escola remete ao governo Castelo Branco, quando vários de seus altos representantes eram esguianos: Juarez Távora (Ministério da Viação); Golbery do Couto e Silva (SNI); Cordeiro de Farias (Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais); Ernesto Geisel (Chefe da Casa Militar); Carlos Meira Mattos (agregado à Casa Militar); Vasco Leitão da Cunha (Ministro das Relações Exteriores); Juracy Magalhães (Ministro das Relações Exteriores que substituiu Leitão da Cunha) e o próprio Castelo Branco (SILVA, 2004).

Nos governos posteriores, o predomínio da Escola é atenuado, pois os ditames internacionais e as demandas econômicas parecem substituir o discurso geopolítico da ESG. Contudo, mesmo com relevância reduzida, a Escola continuou difundindo os interesses do bloco no poder que ela ajudou a formar – mesmo que outras frações de classe (militar) tenham chegado ao poder depois de Castelo Branco –, partindo de uma ideologia de segurança nacional que passou a focar cada vez mais no desenvolvimento econômico, invertendo a ordem do binômio original, mas mantendo, ainda, preceitos básicos dos defensores do bloco ocidental, como o combate ao comunismo e a aliança com os Estados Unidos (GARCIA, 1997; SILVA, 2004; GONÇALVES, MIYAMOTO, 1993).

A aliança com os Estados Unidos e a subordinação brasileira às regras internacionais, dada as potencialidades de um país periférico, são motivo de grande debate. Para esse trabalho, contudo, o importante é ressaltar que a aliança com os Estados Unidos e, por conseguinte, a utilização de preceitos ideológicos advindos deste, continuaram os mesmos durante os três primeiros governos militares. O rompimento desse padrão deu-se, apenas, com o governo Geisel (1974 – 1979), quando o Brasil passa a exercer uma postura internacional de Potência Média recém-industrializada (SENNES, 2003). Esse período foi marcado pelo rompimento com os ideais das Fronteiras Ideológicas e a consequente inversão político-ideológico do eixo Leste-Oeste para o eixo Norte Sul (GONÇALVES, MIYAMOTO, 1993).

A geopolítica, após o período castelista, perdeu espaço na conjuntura, dando lugar aos interesses econômicos e políticos que eram necessários à transformação do Brasil em Potência. Como resultado disso, a formulação da política externa seguiu esse padrão, reverberado na ideologia militar (com influência da Escola), mas seguindo, principalmente, os preceitos

econômicos (MIYAMOTO, 1993; GARCIA, 1997). Não obstante, a ESG continuou a ser, fundamentalmente, um aparelho ideológico do Estado (escola), ligado ao aparelho repressivo (militar) e, conseqüentemente, formador ou disseminador de sua ideologia e de seu *modus operandi* (SILVA, 2004). Assim, no governo Médici, a ESG vai ter um papel ainda relevante, mesmo que a principal ferramenta de institucionalização do desenvolvimento passe a ser o Estado, direta ou indiretamente. De qualquer forma, a Escola vai continuar com os objetivos de promover e disseminar a ideologia do governo, auxiliando na tentativa de fixação de sentidos, no caso, do processo de desenvolvimento que o Estado estava pondo em prática. Passa-se, assim, à seção seguinte, que analisará a Construção Discursiva do Projeto Brasil Grande Potência.

## **2 O BRASIL GRANDE POTÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: O GOVERNO DO GENERAL MÉDICI (1969 – 1974)**

### **2.1 Introdução**

Esse artigo visa a analisar a construção discursiva do projeto de desenvolvimento nacional que ficaria conhecido como Projeto Brasil Grande Potência. O artigo procura responder às questões de “Como o discurso do governo Médici tentou romper com o estigma de país intermediário ao lançar o projeto Brasil Grande Potência, projetando-se nacional e internacionalmente como Potência” e de “como essa ideia de Grande Potência foi passada à sociedade civil e aos meios políticos e diplomáticos”. Assim, as opções realizadas pela gestão Médici, bem como seus discursos, serão analisados de forma a entender como essa ideia foi gestada e discursivizada para os diferentes núcleos de poder. Buscamos, dessa maneira, entender como o processo se formou e como foi repercutido. Para atingir seus objetivos, a pesquisa contou com a definição de conceitos a partir de literatura especializada – na área da Análise do Discurso, da Ciência Política e das Relações Internacionais com análise documental de fontes primárias, discursos do governo, leis, diretrizes, material destinado à imprensa, etc. – além de uma revisão bibliográfica sobre o regime militar. Além disso, analisaremos o conceito de desenvolvimento e desenvolvimentismo, elaborados por Bielschowsky (1991; 2004), por acreditarmos haver uma

consonância entre tais conceitos e o entendimento do que é necessário para que um país seja considerado como uma Grande Potência<sup>14</sup>.

A ideia de Brasil Potência é bastante antiga, tendo início com os estudos geopolíticos no Brasil, na década de 1920. A evolução desse pensamento, posteriormente, passou pelos ideais ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), que foi a responsável pela ampliação e reestruturação de um projeto maior, que visava, entre outros, ao desenvolvimento da nação brasileira. Concebida aos moldes do *National War College*, dos Estados Unidos, a ESG foi a responsável por desenvolver (ou reproduzir), internamente, uma ideologia desenvolvimentista nos meios civis e militares, no intuito de criar uma elite intelectual que serviria aos seus objetivos posteriores. Com o apoio do aparato estatal, sendo ela mesma um Aparelho Ideológico do Estado (escola), a ESG foi capaz de solidificar um ideal transformador que tinha como finalidade a tomada de poder para a consecução total de seus objetivos (tornar o Brasil desenvolvido, uma Potência). A ideologia da Escola se fez presente (com intensidade diferente) durante todos os governos militares, mas foi a partir do governo Médici, contudo, devido ao impulso do Milagre Brasileiro, que a ideologia esguiana se cristalizou no projeto Brasil Grande Potência.

Esse projeto nunca figurou como um programa assim denominado. A titulação oficial seria lançada como Metas e Bases para a Ação de Governo, em setembro de 1970, e era constituído, essencialmente, como a síntese de um plano governamental maior que seria finalizado posteriormente. Junto às Metas e Bases seriam incluídos dois outros documentos: o Orçamento Plurianual de Investimentos de 1971 a 1973 e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND – 1972 a 1974). O objetivo síntese desse conjunto seria o ingresso do Brasil no *hall* das nações desenvolvidas, a consolidação do país como Grande Potência:

Como Objetivo-Sínteses, ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência (BRASIL, 1970d).

O I PND era um pouco mais ousado que as Metas e Bases, ao propor que o país ocupasse alguma posição entre os dez maiores países em nível de Produto Interno Bruto (PIB) e atingisse,

---

<sup>14</sup> Embora esse conceito, que foi utilizado como palavra-chave, não esgote as possibilidades de caracterizar, ou não, um país como Potência, outras expressões e indicadores discursivos foram previamente testados e não obtiveram um resultado desejado, com poucas ou nenhuma ocorrências.

até 1974, a marca dos US\$ 500 de renda *per capita* (BRASIL, 1971). Os três componentes formavam, juntos, um plano governamental que buscava o desenvolvimento nacional, com metas, setores e estratégias bem definidas. Não há, contudo, menção oficial ao projeto “Brasil Grande Potência” em nenhum desses documentos, embora a expressão “Grande Potência” tenha sido usada duas vezes no documento de 1970 ao aludir o desenvolvimento do país e o seu ingresso no mundo desenvolvido como objetivo da “Revolução” de 1964 (BRASIL, 1970d).

O nome Projeto Brasil Grande Potência foi assim referenciado pela imprensa e incorporado, dado suas características elusivas, aos discursos oficiais posteriormente. Já no primeiro dia do ano de 1970, o jornal Diário de Notícias, do Rio de Janeiro,<sup>15</sup> comenta a chegada de um “plano novo – mesmo em forma de um Projeto capaz de tornar o Brasil grande potência –” e que não estaria comprometido apenas com a aparência da grandeza, mas um plano que aperfeiçoaria todos os anteriores e englobaria os projetos existentes que definissem as prioridades nacionais e garantissem o desenvolvimento duradouro do país (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970, p. 4). Além disso, o jornal noticiava que Médici estava pondo à mesa as “premissas básicas do governo”, e que:

o compromisso com o deslançar do desenvolvimento essencial a que o Brasil chegue ao fim do século como Grande Potência [...] [e que] mediante um programa agressivo, [...] através do salto desenvolvimentista, mostrar que o Brasil Grande é uma meta efetivamente viável (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970, p. 4).

O Brasil Grande Potência nunca chegou a figurar como um projeto oficial assim denominado, mas foi repercutido dessa forma como uma ideia (ou projeto) para transformar o Brasil em uma potência mundial. Partindo do conceito de Desenvolvimento e de Desenvolvimentismo, que será construído posteriormente, foram catalogados os discursos de Médici, disponíveis *online* na Biblioteca da Presidência da República, que serviram de base para a construção do *corpus* metodológico deste trabalho. Por entender que há uma ligação direta entre o objetivo do governo em promover o desenvolvimento brasileiro e o projeto Brasil Grande Potência, selecionamos os discursos do presidente Médici (e de seu embaixador, Mario Gibson Barbosa) com essa temática, a fim de criar um *corpus* documental para que, com a análise de

---

<sup>15</sup> Quinta-feira dia 1º, sexta-feira dia 2, Edição Número: 14.463, página 4. [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_05&PagFis=24&Pesq=Brasil%20Grande%20Pot%C3%Aancia](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&PagFis=24&Pesq=Brasil%20Grande%20Pot%C3%Aancia)

discurso de linha francesa, possa-se fazer um recorte analítico e evidenciar a formação discursiva e ideológica do governo. Assim, o problema de pesquisa deste trabalho situou-se em entender como o Projeto Brasil Grande Potência foi passado para a sociedade, objetivando-se, dessa maneira, em entender suas ambições, seu alcance e suas limitações. Como esse trabalho não tem um caráter positivista, hipóteses não foram levantadas.

Os diferentes discursos e sequências discursivas deste artigo terão a tarefa de elucidar como se deu a construção dessa “ideia não escrita”, e como ela foi transmitida para a sociedade em geral como um motor de propulsão de desenvolvimento econômico e social alavancada pelo “Milagre Brasileiro”. Além dessa introdução, o artigo está dividido em outras três seções. A primeira apresenta a teoria e as ferramentas metodológicas utilizadas neste trabalho. Posteriormente, uma seção com a caracterização do conceito de desenvolvimento e os discursos do presidente Médici e de seus representantes para os diferentes núcleos de poder: sociedade, partidos políticos e diplomacia. Por último, as considerações finais.

## 2.2 Teoria e Ferramentas Metodológicas

A teoria da Análise do Discurso (AD), de linha francesa, com filiação em Michel Pêcheux, será utilizada como ferramenta metodológica neste trabalho, como meio de tentar sistematizar a ideia do projeto “Brasil Grande Potência” e de como essa ideia foi transmitida para os diferentes polos de poder. Porém, para que a teoria seja compreendida corretamente e para que não haja problemas de interpretação, faz-se necessária uma breve explicação sobre seus conceitos, suas visões e sua criação. Ademais, temos de ressaltar, primeiramente, que o discurso não deve ser confundido, aqui, como sinônimo de pronunciamento. O pronunciamento também é um discurso; no entanto, quando trabalhamos com Teoria de Discurso precisamos enfatizar que há diversas formas de discursos: visuais, artísticas, midiáticas, políticas e uma gama de outros exemplos. Para a Teoria do Discurso, o discurso deve ser encarado como uma tentativa – às vezes bem-sucedida, às vezes não – de fixação de sentidos, o que torna a verdade uma construção discursiva. Como coloca Celi Regina Jardim Pinto (2006):

O discurso existe porque ele é uma tentativa de dar sentido ao real, uma tentativa de fixar sentidos, precária, mas exitosa: precária enquanto não essencial e por isso constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese à ameaça, contém uma continuidade histórica. Quando o tema é o discurso político, esta dinâmica é



muito simples de ser observada: o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa? (PINTO, 2006, p. 80).

Isso quer dizer que o discurso prevalecente hoje sobre determinado assunto nem sempre assim o foi. O discurso, para se tornar exitoso em sua tarefa, deve tentar construir uma verdade, tornar-se verdade, ora pela repetição, pelo conflito, ora pela imposição. Pêcheux (1997) segue nessa análise afirmando que o discurso é um processo social com materialidade linguística, sendo um efeito de sentido entre os interlocutores e que, por isso, os sentidos (que são a relação entre o Sujeito e a história) não são fixos, mas podem ter uma estabilidade provisória, pois são construídos e modificados constantemente, de acordo com as condições de produção. Assim sendo, observamos que o sentido é constituído historicamente, que produz ou se materializa via rede de memória (FERREIRA, 2003) e que o sentido do que é discursivo é arbitrário (PINTO, 2006), pois não podemos modificá-lo sem criarmos ou alterarmos uma rede de memória. Como exemplifica Pinto (2006, p.82),

o sentido da provisoriedade tem de ficar bem claro: não se trata de uma condição de constante mudança, mas que sinaliza que se não lutarmos todos os dias para que os nossos direitos continuem sendo direitos, nós podemos perdê-los. Porque aquela cláusula pétreia que diz que todos nós temos o direito à vida foi um acordo construído discursivamente. Ou seja, se não lutarmos por isto, nós podemos perder este direito. Porque este é apenas um discurso provisório, com êxito, mas arbitrário.

Consoante essa ideia, Indursky (1992) nos diz que a memória discursiva não é o mesmo que memória individual, como trata a Psicologia, nem se trata da questão de um “inconsciente coletivo”, mas sim que é fruto da “memória social inscrita no seio das práticas discursivas” e que, portanto, decorre de “uma relação [...] entre a repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido” (INDURSKY, 1992, p. 36). A Análise do Discurso é uma formação teórica derivada da interação de três correntes teóricas: 1) o materialismo histórico (como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias); 2) a linguística (como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo); 3) teoria do discurso (como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1975).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Consoante os autores, essas três teorias ainda são “atravessadas e articuladas” por uma “teoria da subjetividade”, fundamentada na psicanálise (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), mas que não será abordada por esse trabalho.

Dessa interação, devemos ressaltar a importância do materialismo histórico e dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1985) para o estudo e a análise que aqui propusemos. É mister entendermos que o Estado, como ente e aparelho repressivo, detém um conjunto de redes capazes de disseminar suas vontades políticas, seu *modus operandi*, sua ideologia. Os aparelhos ideológicos do Estado, que são diferentes do Aparelho repressor do Estado, combinam suas forças para moldar os cidadãos e impor (ou unificar) a ideologia da classe dominante. Assim sendo, os AIE são capazes de moldar ideologicamente a sociedade, fazendo com que o discurso disseminado pelo governo (por meio de pronunciamentos, medidas oficiais, mídia, etc.) tenha maior probabilidade de ser assimilado pelos cidadãos e, assim, transformar-se em “verdade”, ou que seja aceito sem maiores questionamentos (ALTHUSSER, 1985). O período estudado neste trabalho é um bom exemplo de como a combinação dos aparelhos ideológico e repressivo funcionaram: o governo dispunha dos aparelhos repressivos de maneira facilitada, via Atos Institucionais, e, ao mesmo tempo, dos aparelhos ideológicos, via controle da mídia, da Igreja<sup>17</sup> e da Escola (Educação Moral e Cívica, por exemplo).

Sob a mesma perspectiva, segundo Orlandi (1990), não podemos pensar a ideologia como algo que promove “engano” ou “ocultação”, mas como algo que gera o “desconhecimento dos sentidos” por meio de processos discursivos. Mais uma vez aqui a ideia de que não existe verdade pré-concebida ou uma ideia fixa, pois tudo é construído num processo sócio-histórico. A saber: “podemos compreender a ideologia como o fato de que os sentidos são fixados historicamente em uma direção determinada” (ORLANDI, 1990, p. 103). Assim sendo, vemos que os Aparelhos repressivos do Estado funcionam à base da coerção, mas que somente a ideologia consegue causar transformações ou impactos nas formações sociais. Como retrata Althusser (1999, p. 288): “Quando tudo continua igual é porque os aparelhos ideológicos de Estado funcionaram com toda a perfeição”. Ou seja, os AIEs servem somente para garantir que a reprodução e a transformação das relações de produção se perpetuem, enquanto a ideologia é responsável por determinar as práticas e os protocolos dessa aparelhagem.

---

<sup>17</sup> A Igreja nem sempre foi controlada no sentido *stricto sensu* da palavra. Houve, por diversas ocasiões, frações da Igreja (católica) que se engajaram contra a ditadura brasileira (e na América Latina em geral), pronunciando-se de maneira contrária às atitudes autoritárias, defendendo e acobertando civis. Havia diversos centros católicos de militância, que entravam, constantemente, em disputa com os aparelhos repressivos do Estado. Uma figura expoente do período é Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo que denunciava as atividades de repressão do Estado brasileiro. Cabe destacar também, no entanto, que essa atitude não era unânime dentro dos ciclos religiosos (SKIDMORE, 1988).

Nesse sentido, vemos que a ideologia é fundamental no entendimento das relações sociais e como o Estado quer que a sociedade opere a partir dela. Os AIEs são usados, assim, como molde, imputando um discurso que muitas vezes passa despercebido pelos indivíduos:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou assujeitamento do sujeito como ideológico, de tal modo que *cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade*, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção. (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p.16, grifo nosso).

Sob outra perspectiva, dentro do processo linguístico, a enunciação recebe especial atenção, pois dá as referências básicas ao trato linguístico de exame do texto, ao delimitar, segundo Indursky (1992):

- 1) Locutor: quem é o sujeito da enunciação;
- 2) Interlocutor: para quem o discurso é produzido;
- 3) situação em que a enunciação é produzida (marcas espaço-temporais da produção do discurso);
- 4) o referente do discurso (sobre o que o discurso trata).

Diante desse contexto, necessitamos averiguar um conceito fundamental para posicionar corretamente a nossa análise, o de Formação Discursiva (FD). O conceito de Formação Discursiva é proveniente de Foucault (2005) e foi retrabalhado posteriormente por Pêcheux em seus artigos. A importância de compreender corretamente o conceito deriva do fato de que há de se ter especial atenção no tratamento das diferentes formações discursivas, já que, quando trabalhamos com mais de uma formação, os padrões de análise se alteram, pois mudam também as regras de construção e de fixação dos sentidos (PINTO, 2006). Ou seja, o modo como o discurso será dirigido aos interlocutores e o modo como será dada a construção dessa nova “verdade” (novo discurso) se alteram caso se alterem também as formações discursivas. Pinto (2006, p. 93) sintetiza as ideias de Foucault: “a formação discursiva envolve as condições a partir das quais se expressam os temas, objetos, hipóteses etc, em um dado espaço discursivo. Um exemplo simples: não existe um discurso científico fora das ciências”. Ademais, Pinto (2006, p. 94) completa:

Se voltarmos ao conceito de Foucault, veremos que é mais simples do que parece: “um conjunto de regras anônimas, históricas [...]” isso é evidente, porque se desenvolve ao longo da história, “[...] sempre determinadas no tempo e no espaço...”, ou seja, o que hoje dá para um discurso a condição de científico, evidentemente não é a mesma coisa

que deu aos gregos, ou seja, ele tem um tempo e um espaço, “[...] que definem numa dada época as condições do exercício da enunciação ou da função enunciativa”.<sup>18</sup>

Indursky (2008, p. 2-3), valendo-se de Pêcheux (1988, p. 160), anexa a ideologia ao debater a formação discursiva:

[...] corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos, que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando *o que pode e deve ser dito*. É através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso (grifos no original).

Neste contexto, inserimos o conceito de Formação Ideológica (FI), que foi concebido por Pêcheux e Fuchs (1993), e que carece de atenção. Os autores trabalharam o funcionamento da ideologia, dentro do espaço da luta de classes, como uma força que está em confronto com outras forças, que reproduz ou transforma as relações de produção estabelecidas. Nesse caso, cabe à interpelação regular o funcionamento da instância ideológica. Ademais, toda FI é constituída pela representação de um conjunto complexo de interesses inerentes às formações sociais inseridas em seu bojo, das relações contraditórias que podem estar entre essas formações sociais e, também, dos aparelhos ideológicos presentes nesta Formação Ideológica (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). Entretanto, as formações ideológicas são reveladas somente pela linguagem, e a ideologia só pode ser percebida por meio do discurso, pois, embora possam funcionar dentro dos AIEs e dentro das formações discursivas, a ideologia não é visível para o sujeito.

O sujeito, para a AD, não é um sujeito indivíduo, que tem consciência e é senhor da sua vontade, definindo o que e como vai dizer aquilo que quer expressar. Não é, portanto, empírico (Maria, José, João), mas, sim, discursivo. Isso quer dizer que o sujeito da AD sofre com a determinação do lugar social que ocupa, da história e da ideologia em que se insere. O sujeito mantém a ilusão (por meio da ideologia) de que é fonte de sentido, de que é o responsável por aquilo que vai dizer, por isso a AD o trata como constituído pelo esquecimento. O sujeito discursivo fala sempre de um certo lugar, obedecendo aquilo que é determinado pela Formação Discursiva em que está inserido, o que significa que ele só vai dizer aquilo que pode dizer, ou seja, o que está determinado pela FD. Contudo, mesmo que haja determinações, o sujeito pode se mover em direção ora a uma voz, ora a outra voz, ou seja: em determinados momentos, adere a

---

<sup>18</sup> A citação original à qual a autora faz referência é: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou linguística dada as condições do exercício da função enunciativa” (FOUCALT, 2005, p. 35).

um discurso, em outros, a um discurso diferente. Esse movimento é mais nítido em discursos marcados pela heterogeneidade, em que atuam diferentes ordens de saber e diferentes sujeitos. Essas diferentes posições que o sujeito pode assumir são denominadas de Posição-Sujeito (INDURSKY, 2008). Considerando o Lugar Social como o espaço empírico em que diferentes formações ideológicas interagem com as relações de poder institucional, fixando o lugar que o sujeito ocupa na sociedade, e o Lugar Discursivo como o espaço discursivo, que se relaciona com a posição-sujeito e com a forma-sujeito<sup>19</sup>, entendemos que é entre esse espaço que o sujeito produz movimentos, afastando-se ou se aproximando de determinadas ordens do saber. Como afirma Grigoletto (2005): “Então, diferentes indivíduos relacionando-se com o Sujeito do Saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes *posições*” (GRIGOLETTO, 2005, pg. 2, grifos da autora).

### 2.3 O Conceito de Desenvolvimento e os Discursos de Médici: o Brasil Grande Potência nas palavras do presidente – uma formação discursiva entrelaçada

A Teoria da AD pressupõe que não existem verdades e que seus analistas, ao finalizarem suas análises, não estão descobrindo “a” verdade, ou “mais uma” verdade, mas somente mais uma interpretação daquilo que foi possível retirar do *corpus* estudado. Nesse sentido, Courtine (2009, p. 5) define o *corpus discursivo* como: “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP (condições de produção) do discurso”. Assim sendo, o *corpus* deste trabalho está centrado nos discursos presidenciais de Médici e, partindo deles, pretendemos analisar como a ideia do projeto Brasil Grande Potência foi transmitida para os diferentes polos de poder que se constituíam naquele momento: a sociedade, os partidos políticos e a esfera internacional (diplomacia). Ademais, como método de análise, realizaremos alguns recortes com sequências discursivas (doravante SDs), extraídos principalmente de discursos presidenciais e de fontes governamentais, que serão trabalhadas a fim de chegarmos ao que foi proposto neste trabalho. Analiticamente, detivemo-nos

---

<sup>19</sup> É o sujeito do saber de uma determinada Formação Discursiva (FD), o sujeito universal, ou seja, o conjunto de conhecimento institucionalizado em uma FD.

a algumas marcas textuais e linguísticas que ponderaram o conteúdo a ser tratado neste trabalho, pois, como diz Orlandi (1994, p. 303): “as marcas são efeitos de caráter ideológico”.

Nesse sentido, ao analisar os discursos de Médici, disponíveis no site da Biblioteca da Presidência da República, detivemo-nos a perseguir pistas que demonstrassem uma regularidade. Assim, após a leitura sistemática desses discursos, percebemos que há uma regularidade discursiva que aponta para uma mesma linha de interpretação, em que há um objetivo claro, como uma diretriz (que conduz e é conduzida), o qual é evocado sistematicamente: o desenvolvimento. Dessa forma, os discursos que compõem este trabalho foram selecionados considerando o seu conteúdo, de modo a evidenciar as passagens referentes ao “desenvolvimento” evocado pelo presidente Médici. Assim, construímos três blocos analíticos distintos (a sociedade, os partidos políticos e a diplomacia), pois cremos haver uma diferença de significação de “desenvolvimento” em cada uma dessas posições-sujeito. Os discursos analisados neste trabalho são apenas uma amostra do total disponibilizado. As sequências discursivas selecionadas visam a demonstrar o padrão de diálogo que o então presidente Médici buscava traçar. Assim, construímos um quadro-síntese, no qual demonstramos a quantidade de discursos assinados pelo presidente<sup>20</sup> em que a palavra “desenvolvimento” aparece ou não no discurso. A única exceção feita, para a análise de sequências discursivas, foi para a área da política externa, na qual foram selecionados, também, os discursos do Brasil para a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), proferidos pelo então Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barbosa.

Quadro 1: Quadro-síntese: Discursos do Presidente Médici

<b>ANO</b>	<b>1969</b>	<b>1970</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>Total</b>
<b>Número de Discursos por ano</b>	10	30	24	17	17	4	102
<b>Apresentam menção a Desenvolvimento</b>	6	23	14	14	9	4	70
<b>Não há menção a Desenvolvimento</b>	4	7	10	3	8	-	32

Fonte: Elaboração própria com base em Biblioteca da Presidência da República (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici>)

<sup>20</sup> Por diversas razões, como viagens, saúde e agenda, alguns dos pronunciamentos não foram realizados por Médici, mas por seus ministros ou pessoas ligadas ao governo, mas receberam sua assinatura.

É necessário deixar claro que entendemos haver uma relação direta entre desenvolvimento e o projeto Brasil Grande Potência, pois, à época, uma Potência era considerada como tal devido a seu grau de desenvolvimento e ao conjunto de suas capacidades. Nesse sentido, o Brasil era considerado como uma Potência Média, nos termos definidos por Sennes (2003). Para o autor, uma Potência Média é um país que possui capacidades intermediárias e que tenha a possibilidade de transformá-las sem poder real (no sentido realista do termo). A inserção de uma Potência Média, para Sennes (2003), seria dual: de um lado, teria uma posição intermediária no Sistema Internacional (na condição de *system-affecting states*); por outro, participaria intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais em que se encontra. O conceito de Sennes (2003) foi escolhido, dentre os demais estudiosos que trabalham com o tema, pelo fato de que o autor congrega, além das capacidades intermediárias analisadas pelas diferentes correntes teóricas, a questão da “vontade” de se mostrar como uma Potência Média, ou seja: ter ambição pelo “domínio” regional<sup>21</sup>. Os países devem ter “vontade” política de tornar (e de mostrar) o país uma Potência Média. No caso do governo Médici, o Brasil era entendido, num exacerbado tom ufanista, como uma Potência Média com capacidades suficientes para alcançar o patamar de Grande Potência. Aí, então, a vinculação objetiva entre desenvolvimento e o projeto Brasil Grande Potência.

Faz-se necessário, dessa maneira, esboçar o conceito de Desenvolvimento e de Desenvolvimentismo. Utilizamos a conceitualização de Ricardo Bielschowsky (1991; 2004), que entende o desenvolvimentismo como a ideologia a qual defende a participação do Estado na condução do desenvolvimento econômico, por meio do desenho e implementação de estratégias e políticas. A estratégia seria o desenho da condução de um padrão de desenvolvimento desejado, enquanto o padrão seria definido como a combinação (idiossincrasia a cada país) de características e determinantes de investimento, da produtividade e da renda (setores, agentes, financiamento, regulação, organização e composição dos mercados, distribuição de renda, etc.). O desenvolvimentismo brasileiro, até a década de 1980, na visão do autor, reunia quatro componentes na formulação de suas práticas, criando uma ideologia planificadora de suas diretrizes. Assim, era determinado que: a) industrialização integral é necessária à superação da

---

<sup>21</sup> Para entender essa questão de domínio regional, o trabalho de Mallmann (2017) trata da disputa do Brasil com a Argentina da década de 1940 até os anos 1990, mostrando a relação de desconfiança mútua que existia entre os países, passando pela corrida nuclear e disputa pelo domínio regional, até acabar com os protocolos de entendimento que selaram o relacionamento entre os dois países.

pobreza e do subdesenvolvimento; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente por meio das fontes importantes de mercado, por isso é necessário que o Estado a planeje; c) o Estado deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e dos instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve coordenar a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada se mostra insuficiente. Dessa maneira, o Estado seria o responsável por manter vigente uma corrente de desenvolvimento para atingir os objetivos nacionais, o que, no caso do governo Médici, era tornar o Brasil uma Grande Potência.

Bielschowsky (2004) traça um panorama do desenvolvimento brasileiro e elenca cinco correntes teóricas de pensamento econômico até 1964. Essas correntes disputaram, entre si, o viés de planejamento econômico que deveria ser traçado pelo Estado brasileiro. A corrente liberal (situada intelectualmente à direita) era comandada, entre outros, por Eugenio Gudín (famoso pela defesa da vocação agrária do país), Atilho Bulhões e Daniel de Carvalho. Essa corrente pregava a redução da intervenção do Estado na economia e considerava que o desenvolvimento brasileiro era desequilibrado por erros de política econômica e, além disso, não propunha medidas de políticas de suporte à industrialização (e era, muitas vezes, contrária a essas medidas). A corrente socialista (à esquerda), por sua vez, era formada por intelectuais dissidentes do PCB, como Caio Prado Junior e Ignácio Rangel. Estipulava que seria necessário eliminar as duas contradições herdadas historicamente: o monopólio de terras e o imperialismo. Promoviam a defesa da industrialização pesada e do planejamento, ou análise da inflação e do desequilíbrio externo, sempre subordinados à questão da luta imperialista e antifeudal e à transição ao socialismo. Situavam o debate na importância do Estado para o desenvolvimento da economia, além da formação de uma indústria genuinamente brasileira. Contudo, a ideia de organização econômica era tida via transição ao socialismo, muito ancorados às ideias da III e da IV Internacional Comunista.

Haveria, segundo Bielschowsky (2004), três correntes desenvolvimentistas entre essas duas alas de pensamento extremo: uma do setor privado e duas do setor público. No setor privado, o maior expoente seria Roberto Simonsen, o qual defende os interesses privados em detrimento do setor público, agregando ideias distintas do interesse público. No setor público, por outro lado, haveria duas vertentes, a não nacionalista (com Roberto Campos, Lucas Lopes, Glaicon Paiva, etc.), que pregava uma relação direta entre crescimento e distribuição de renda e a



nacionalista (Celso Furtado, Romulo de Almeida, Jesus Soares Pereira), a qual defendia um controle dos agentes nacionais, estatais-privado, dos centros de decisão sobre o processo de acumulação do capital, poupança, investimento etc. Enfatizavam, ainda, uma harmonia entre políticas inflacionárias e de crescimento e tinham preocupações distributivas (que a outra corrente não tinha). A vertente não nacionalista foi vitoriosa, segundo os autores, na consecução de planos estratégicos, com Roberto Campos em sua direção, no Plano de Metas (governo Juscelino Kubitschek) e nos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II, nos governos Médici e Geisel, respectivamente (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013).

A partir do golpe de 1964 até 1980, ocorre a disputa entre duas correntes, a Oficialista, a qual integravam Roberto Campos, Simonsen e Delfim Neto, e a corrente Crítica (ao governo, à ditadura, à concentração de renda), da qual faziam parte, entre outros, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Edimar Baicha. A corrente oficialista pregava pelo modelo de expansão rápida via investimento na indústria e na infraestrutura, Estado modernizado e ampliado, contribuição equilibrada entre as Estatais multinacionais e as Empresas Nacionais, com segurança para os investidores, incentivos fiscais e financeiros, estabilidade política e contensão salarial garantidas pelo regime autoritário. Já a corrente crítica era contrária a esse modelo de crescimento “perverso” da economia, em que a questão distributiva ficava marginalizada (BIELSCHOWSKY, 2004). O que teria acontecido, a partir de 1964 para o autor, não seria um golpe no desenvolvimentismo brasileiro, mas sim uma modernização conservadora, o que vai ao encontro da ideologia esguiana, de retomada do desenvolvimento amalgamado ao Estado. Sob esse viés, passaremos a discutir cada polo de poder, detalhando e analisando suas sequências discursivas. De modo a facilitar a visualização de cada sequência, elaboramos um quadro-síntese, detalhando os discursos selecionados.

Quadro 2: Quadro-síntese: recortes e respectivas seqüências discursivas analisadas neste trabalho

<b>RECORTE 1</b>	<b>Presidente fala à Sociedade</b>
SD 1	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, intitulado “O Jôgo da Verdade”, em 07 de outubro de 1969, com 12 páginas.
SD 2 – SD 4	Discurso de posse, intitulado “Mundo sem Fronteira”, pronunciado em 30 de outubro de 1969, com dez páginas.
SD 5 – SD 7	Discurso proferido para a Aula inaugural na Escola Superior de Guerra, na Guanabara, intitulado “A Sociedade a Construir”, com 25 páginas.
<b>RECORTE 2</b>	<b>Presidente dirige-se aos Partidos Políticos</b>
SD 8	Discurso de posse, intitulado “Mundo sem Fronteira”, pronunciado em 30 de outubro de 1969, com dez páginas.
SD 9 – SD 10	Discurso pronunciado na Convenção da ARENA, intitulado “Tempo de Reconstrução”, pronunciado em 20 de novembro de 1969, com nove páginas.
<b>RECORTE 3</b>	<b>Presidente e Chanceler falam à Diplomacia</b>
SD 11 – SD 13	Discurso proferido no Palácio do Itamaraty, intitulado “Diplomacia para o desenvolvimento”, pronunciado em 30 de abril de 1970, com dez páginas.
SD 14	Discurso, sem título, proferido na XXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, por Mario Gibson Barbosa, em 1970, pg. 257 – 265.
SD 15	Discurso proferido pelo Ministro Mario Gibson Barbosa, para a Escola Superior de Guerra, intitulado “A política Externa do Brasil na década de 1970”, em 1970, pg. 309 – 234.
SD 16	Discurso proferido durante o almoço oferecido pelo Vice-Presidente dos Estados Unidos, Spiro T. Agnew, intitulado “Conceito de Interdependência”, na Anderson House, Washington, em 8 de dezembro de 1971, com oito páginas.
SD 17	Discurso proferido durante banquete oferecido ao Presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, intitulado “Os temas do diálogo”, no Palácio do Itamarati, em 13 de março de 1972, com sete páginas.
SD 18	Discurso perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulado “Foro de Liberdade”, em Washington, em 8 de dezembro de 1971, com nove páginas.
SD 19	Discurso alusivo à passagem do oitavo aniversário da “Revolução”, intitulado “A Irredutível Fidelidade”, divulgado através de rede nacional de rádio e de televisão, em 31 de março de 1972, com onze páginas.

Fonte: Elaboração com base nos discursos selecionados

### 2.3.1 A Sociedade

O Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) tomou posse em trinta de outubro de 1969. Antes disso, em cadeia de rádio e televisão, no dia sete de outubro de 1969, Médici demanda ao povo e a todas as suas frações, que o auxiliem na tarefa que o seu governo está se propondo a fazer: desenvolver o país. Nessa ocasião, Médici salienta que o povo *tem de* ser o protagonista nessa atividade, incumbindo ora a tarefa de execução dessa atividade, ora o prestígio de poder contribuir para a construção de um Brasil Grande. Segue, então, a primeira sequência discursiva:

SD1:

Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal. Daí, o apelo que, nesta oportunidade, dirijo ao País: que todos os indivíduos, classes, organizações sociais e políticas e centros culturais, em todos os recantos do território nacional, formulem os seus programas e reivindicações para o momento presente. Asseguro que nenhuma sugestão deixará de ser devidamente apreciada (BRASIL, 1969c, pg. 14)

Em seu discurso de posse, Médici traçou, por linhas gerais, o projeto ideal de Brasil, a seu ver. Fez questão de mostrar de onde veio e o porquê de estar aceitando a faixa presidencial, referindo-se aos cidadãos brasileiros como “homens sem fronteiras”, em um “mundo sem fronteiras”,<sup>22</sup> como o título de seu discurso aponta.

SD2:

Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública. E, porque assim o creio, e porque o sinto amadurecido para a tarefa global, é que buscarei ouvi-lo sempre (BRASIL, 1969a, p. 36).

Nessa sequência, clamando pelo apoio popular ao seu governo, Médici enfatiza que “o desenvolvimento é uma atitude coletiva” e que, para que ele se torne possível, necessita haver “mobilização total da opinião pública” (BRASIL, 1969a). A opinião pública, à época do Regime, era mais fácil de ser manipulável, já que a opressão militar aos “rebeldes” era severa e já que o governo dispunha dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado a seu dispor. Contudo, vale

---

<sup>22</sup> Como já exposto na introdução deste trabalho, as fronteiras ideológicas perduraram até o fim do governo Médici.

salientar que, devido à repressão e à censura, o próprio governo carecia de informações gerais sobre a opinião pública ou sobre como o governo era avaliado pelas diferentes camadas sociais.<sup>23</sup>

A exemplo de como o governo se utilizou dos aparelhos ideológicos que dispunha para moldar a visão da sociedade perante o regime, extraímos esse fragmento das primeiras diretrizes traçadas pelo presidente Médici para seus ministros. A saber:

13. Objetivando informar a opinião pública, motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e contribuir para o prestígio internacional do Brasil, será estabelecido um Sistema de Comunicação Social, com base na atuação dos órgãos do Poder Executivo. Princípios de verdade, legitimidade, integração de esforços, eficiência e impessoalidade regerão a comunicação social do Governo. O órgão de direção central do Sistema será a Assessoria Especial de Relações Públicas [AERP]. Integrar-se-ão ao Sistema os órgãos de Relações Públicas dos Ministérios e do Estado-Maior das Forças Armadas, bem como os órgãos similares da Administração Indireta (BRASIL, 1970a).

A AERP, formada para ser um polo centralizado de propaganda do governo, era a união de todos os órgãos responsáveis pelas relações públicas da presidência da república. A AERP era constituída de profissionais de diversas categorias (jornalistas, psicólogos, sociólogos) que tinham a função de estudar a sociedade brasileira e moldar a propaganda presidencial como algo com o que o povo pudesse se identificar. O linguajar popular e as expressões de efeito,<sup>24</sup> aliado ao futebol e à música popular, serviram de impulso para consolidar a imagem de Médici (pouco conhecido anteriormente pela população) como o presidente responsável pelo desenvolvimento brasileiro (SKIDMORE, 1988). Como coloca Ulysses Guimarães, então líder do MDB, ao falar sobre o uso engenhoso da psicologia brasileira masculina como propaganda: “Enquanto houver cachaça, samba e carnaval, mulata e campeonato de futebol, não haverá rebelião no Brasil. O Coríntians segura mais o povo do que a Lei de Segurança Nacional” (GUIMARÃES, 2016).

Cabe destacar que a maior parte das informações que chegavam à população eram aquelas advindas do governo,<sup>25</sup> já que ele dispunha de um controle institucionalizado de censura nos

---

<sup>23</sup> Dessa falta de análise social verdadeira, resultou, por exemplo, a perda massiva que o regime teve quando da eleição de 1974, em que o MDB elegeu 16 senadores (das 22 vagas) e cerca de 44% das cadeiras na Câmara (BRASIL, 2014).

<sup>24</sup> Ninguém Segura Mais Este País; Pra frente Brasil; Você Constrói o Brasil; Brasil, Conte Comigo!; entre outras.

<sup>25</sup> Não ao acaso, foi no Governo de Castelo Branco que as (tele) Comunicações (e transportes) no Brasil ganharam destaque e atenção governamental, como nunca antes visto. O governo julgava necessário cobrir todo território nacional com acesso às informações governamentais e, para isso, implantou planos governamentais específicos para essas áreas. O objetivo principal do governo era tornar o país autossuficiente em relação aos vizinhos, para poder projetar seu poder e defender seu território, aí a importância das telecomunicações para a ligação e união do Brasil como um todo (MATHIAS, 2004).

meios de comunicação. Ademais, o governo utilizou, novamente, dos meios de que dispunha para criar uma memória discursiva ao aliar a “vontade coletiva” (do povo) ao “desenvolvimento”, como uma sendo integrante e parte fundamental da outra.

SD3:

Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro (BRASIL, 1969a, p. 37).

Nessa sequência, o então presidente já demonstra que vai utilizar o seu governo como alavanca para os próximos e que ele assegurará que o Brasil ocupe, de fato, a sua “verdadeira posição” futuramente. O interessante aqui é notar que o governo já sentia os avanços econômicos que vinham se concretizando com o instaurar do regime, que posteriormente seriam conhecidos como “o Milagre Brasileiro” e optou por demarcar que essas mudanças continuariam a ser vistas até o final do século. A menção aos programas nucleares e espacial, quando em desenvolvimento,<sup>26</sup> se refere à tentativa de obter e desenvolver tecnologia nuclear, fazendo alusão, também, à corrida nuclear no Cone Sul, protagonizada pelo Brasil e pela Argentina, que acreditavam que o *status* de país nuclearizado serviria para alcançar o símbolo de país desenvolvido (MALLMANN, 2017).

Além disso, é interessante notar como o presidente Médici buscava mostrar para o povo a “Revolução de 1964” como um movimento democrático, que levaria o país ao seu maior estágio de desenvolvimento e não como um “regime de exceção” ou uma ditadura. A exemplo disso, destacamos as sequências discursivas 4,5 e 6.

SD 4:

Estou convencido de que é indispensável a coexistência dessas duas ordens jurídicas [institucional e constitucional], expressamente reconhecida pela Constituição, fundada no imperativo da segurança nacional, e coerente enquanto for benéfica à defesa da democracia e à realização do bem comum (BRASIL, 1969a, p.38-39).

SD 5:

---

<sup>26</sup> Havia a crença, no seio militar, de que a nuclearização do país se refletiria em desenvolvimento nacional. Dessa maneira, os militares investiram pesado na construção de um sistema próprio de desenvolvimento atômico. O presidente se refere ao desenvolvimento, também, para acalmar as reivindicações estrangeiras, que viam, na nuclearização brasileira, a possibilidade de o país construir uma bomba nuclear (MALLMANN, 2017).

A principal dificuldade nas nações que, ao longo deste século, lutam por emergir do subdesenvolvimento, nesta hora em que o avanço científico e tecnológico, em lugar de facilitar-lhes a arrancada, mais aumenta a brecha que nos separa, está precisamente em que seja alcançado o estágio de desenvolvimento sem sacrifício total das liberdades. E embora nestes tempos não se conheça o exemplo de uma só nação que haja conseguido emergir do subdesenvolvimento sem fazer esse sacrifício, a firme e determinada opção da Revolução Brasileira é a de provar, pela primeira vez, a viabilidade desse caminho (BRASIL, 1970b, p.65).

#### SD 6:

Assim sendo, desejo definir aqueles objetivos nacionais que considero prioritários do meu governo. Quero referir-me, primeiro, à concentração de esforços no sentido de que seja alcançado um ritmo de *desenvolvimento acelerado e sustentável*. Busco a compatibilidade desse esforço desenvolvimentista com a *estabilidade interna*, consubstanciada na segurança. E procurarei alcançar esse desenvolvimento e essa segurança com a *construção de uma sociedade politicamente aberta*, que concilie a necessidade da aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de privatismo e de descentralização do poder econômico (BRASIL, 1970b, p.65, grifos no original).

Podemos perceber que a Democracia (ou acesso às liberdades individuais) para o Governo Médici parece ser fundamental para o alcance do desenvolvimento. Na SD 5, o presidente afirma que o regime irá “conciliar” desenvolvimento e a “manutenção das liberdades”, mas que isso só será possível se houver “estabilidade interna”. Como segue na SD 7:

E, assim completando, quero sintetizar os objetivos prioritários de meu governo como sendo os de conquistar e manter o desenvolvimento, com segurança, liberdade, independência e respeito ao homem. Trata-se, então, de ajudar a construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática, independente e livre, assegurando, assim, a viabilidade econômica, social e política do País (BRASIL, 1970b, p.66).

Podemos perceber que as sequências discursivas até aqui examinadas estão vinculadas a uma mesma Formação Discursiva (Desenvolvimentista) e que o governo, por meio da figura do Presidente, tenta mostrar aos cidadãos que o Brasil se mantém democrático, com o objetivo de atender aos anseios do povo: o desenvolvimento econômico que levará ao desenvolvimento social e à garantia de direitos. Para isso, Médici chama constantemente o povo para seu discurso (seja como homem do campo, da fronteira, da lei, da fé, da família), imputando-lhe o dever do trabalho e a obrigação de uma tarefa: a obediência à lei. Nesse sentido, durante seus discursos, o presidente faz inúmeras voltas ao passado, tentando reafirmar a memória discursiva de

precariedade econômica em que viviam os cidadãos para retomar a ideia de que, pelas mãos do regime militar, eles estariam mais bem amparados, considerando o então crescimento econômico e o ciclo desenvolvimentista advindo dele.

Nas sequências 2 e 3, ao utilizar os termos “nossa potencialidade” e o verbo “possamos”, na terceira pessoa do plural, Médici se posiciona como parte integrante do povo, como alguém que fará, também, os sacrifícios necessários para a execução dos objetivos que estão sendo estipulados (o desenvolvimento, em primeiro lugar). Na quarta sequência, quando diz defender a democracia e o bem comum, Médici se coloca novamente a favor do povo, já que a defesa das liberdades é a defesa do povo. Ao contrário das duas primeiras sequências, nesta aqui o presidente não se coloca como parte integrante do povo no sentido direto, mas como alguém (com poder e com vontade) que pode garantir que os direitos do povo sejam mantidos. O mesmo acontece na quinta sequência discursiva, quando o então presidente diz que a Revolução de 1964 irá “provar” que as liberdades serão mantidas (passando segurança ao povo) e que, mesmo assim, o desenvolvimento brasileiro acontecerá. Essas passagens são completadas pelas sequências discursivas seis e sete, nas quais Médici discursa em primeira pessoa, enfatizando seus propósitos e aquilo que será o seu governo, utilizando verbos que não imprimem tom imperativo, mas que suavizam as diretrizes de um presidente que detém o poder de repressão (como “desejo”, “busco”, “quero”). O povo é retomado, indiretamente, na sétima sequência, quando o presidente se coloca ao lado do povo, ao afirmar que o seu governo procurará dar “respeito ao homem”, ajudando a construir um Brasil e uma sociedade livre, democrática e desenvolvida.

### **2.3.2 Os Partidos Políticos<sup>27</sup>**

Seguindo esta análise, parte-se para um outro polo de poder do regime: os partidos políticos. Contudo, para que antes possamos entender como se deu a formação partidária – incomum – da época, é importante verificarmos alguns pontos fortes sobre o regime civil-militar instaurado em 1964. A intenção proposta pelos militares à época do golpe civil-militar era de

---

<sup>27</sup> Nos discursos governamentais endereçados aos Partidos Políticos, não foram encontradas menções à palavra Desenvolvimento. Mesmo assim, dado o objetivo inicial deste trabalho, optamos por analisar os discursos e selecionamos aqueles em que o silenciamento da palavra desenvolvimento manteve o objetivo original do governo: tornar o país uma Grande Potência. Os demais discursos não foram introduzidos por não contemplarem esse objetivo.

reestabelecer as “ameaçadas” instituições democráticas ao passo que eliminavam as ameaças comunistas existentes, criando, portanto, um governo centralizado pelo comando militar, o que acabava por atender aos interesses das classes dominantes e da fração civil que ajudou com a sustentação do golpe. Como aponta Jaguaribe (1974, p. 40), os militares formavam, assim, o seguinte quadro institucional:

- 1) um Estado autoritário, dotado de grande capacidade superordenadora da sociedade civil;
- 2) um sistema produtivo baseado na grande empresa privada, apoiada por uma importante rede de empresas e serviços públicos;
- 3) um conjunto de normas e medidas, explícita e implicitamente orientadas no sentido da exclusão seletiva, de qualquer forma apreciável, de poder ou de influência dos intelectuais, da Igreja e de grupos organizados de estudantes, trabalhadores e representantes autônomos de setores e interesses populares, ou seja, de quaisquer núcleos capazes de constituir um centro de aglutinação de formas efetivas de oposição ao regime (JAGUARIBE, 1974, p. 40).

Em 1965, com o intuito de reorganizar os partidos políticos em um pluripartidarismo de grandes agremiações e visando restringir o número de partidos existentes (14 à época), estabeleceram-se percentuais eleitorais mínimos para a organização partidária e, também, as funções permanentes dos partidos políticos, por meio da Lei Orgânica dos Partidos (Lei nº 4740, de 15 de julho de 1965).<sup>28</sup> Embora o intuito dos militares fosse (re)moldar o pluripartidarismo existente a fim de mantê-lo vigente, as eleições para governadores que se seguiram em 1965<sup>29</sup> fizeram por se alterar as táticas do governo. A vitória de candidatos considerados “oposicionistas” ao governo nos importantes estados de Minas Gerais (Israel Pinheiro) e da Guanabarra (Negrão de Lima) levaram o governo militar a considerar a escolha da população como uma atitude “antirrevolucionária” (ALVES, 1984). Neste ponto, Lamounier e Meneguello (1986) enfatizam as ações do governo pós derrota nas eleições estaduais:

Em ambos os casos, a vitória de políticos tradicionais do antigo PSD (apoiados por uma coalizão de centro-esquerda e ligados ao ex-presidente Kubitschek) foi percebida como uma perigosa arremetida de forças ‘antirrevolucionárias’, desencadeando uma nova radicalização da linha dura nos quartéis. O desfecho foi o Ato Institucional n. 2, que em troca da posse dos eleitos cerceava de maneira substancial as intenções ainda civilistas

<sup>28</sup> LEI Nº 4.740, DE 15 DE JULHO DE 1965, disponível online.

<sup>29</sup> Vale ressaltar que o calendário eleitoral à época era diferente, fragmentado, e que cada Estado determinava a duração dos mandatos dos governadores. Portanto, somente os estados a seguir realizaram eleições: Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte. Para mais informações, ver Nicolau (2012).



do presidente Castelo Branco, praticamente impondo o nome do general Costa e Silva como candidato à sua sucessão; dava início a um novo ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos; tornava indiretas as futuras eleições para os governos estaduais e para a Presidência da República, e, finalmente, extinguiu o velho sistema pluripartidário, determinando que em seu lugar fossem criadas duas organizações, que funcionariam provisoriamente como partidos (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 64-65).

Dessa maneira, de modo a tentar minimizar os aspectos negativos da derrota do regime em estados que eram considerados chave para o governo, tanto econômico quando politicamente, os partidos políticos que existiam entre 1945 e 1964 passam a ser extintos com Ato Institucional Nº 2 (AI 2). Sendo assim, elimina-se, também, o multipartidarismo no Brasil a partir do Ato Complementar Nº 4, o qual determina que poderiam ser formados apenas três partidos, os quais deveriam contar com 120 deputados e 20 senadores, no mínimo, em até 45 dias<sup>30</sup>. Dessa forma, com a oposição desarticulada, ficou mais tangível para o governo federal a realização (imposição) institucional do novo regime.

Em 1966, a doutrina de Segurança Nacional elaborada pela ESG apontava o marxismo-leninismo e a democracia como o antagonismo fundamental da época moderna. Os *esguianos* enfatizavam que um sistema de partido único era uma das principais características do marxismo-leninismo, e que todos os sistemas democráticos deveriam ter mais do que um partido, abrindo, assim, um espaço legítimo para os partidos que não fossem do governo. Há, aqui, uma evolução no caráter e no *status* doutrinário da “oposição”, reconhecida como sendo a expressão legítima da opinião contrária à política do governo (STEPAN, 1986).

Em 1966, após ser cedido maior prazo para a agremiação dos partidos, os únicos partidos que conseguiram as metas mínimas estipuladas pelo Ato Complementar Nº4 foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o multipartidarismo extinto no Brasil, as forças políticas que até então eram fragmentadas passaram a ser reorganizadas por meio do partido do governo (ARENA), que contava com cerca de 90% de ex-Udenistas e uma parcela significativa do ex-PSD (cerca de 65%), e por meio do partido que reunia uma parcela significativa da oposição (ao menos aquela que não foi presa ou exilada), MDB, a maioria do partido era formada por ex-PTBistas (cerca de 69%) (ALVES, 1984).<sup>31</sup> Cabe

---

<sup>30</sup> Ato Complementar Nº 4, disponível online.

<sup>31</sup> Motta (2008, p.98), contabilizando os três maiores partidos da época (UDN, PSD e PTB), nos diz que a Arena recebeu 86 deputados da UDN, 78 do PSD e 38 do PTB, enquanto O MDB ficou com 75 deputados do PTB, 44 do PSD e 10 da UDN.

salientar que o AI 2 não criou um sistema bipartidário, mas que a legislação assim o impôs,<sup>32</sup> já que as exigências para criação de novos partidos eram muito elevadas para a conjuntura (cerca de 1/3 dos congressistas existentes seriam necessários), o que dificultou a criação de novos partidos e a manutenção de apenas dois partidos nas disputas eleitorais (BRASIL, 1965). Dessa maneira, percebemos que o bipartidarismo foi instituído artificialmente pelo governo, como forma de agregar força ao regime, dada a criação da ARENA, e uma acomodação das alas de oposição, tanto dentro do MDB, quanto da própria ARENA.

Sob esse viés, adverte-se que, consoante o Ato Complementar nº 4, as instâncias de representação popular outrora chamadas de “partidos” deveriam ser nomeadas e caracterizadas como “organizações provisórias” para que pudessem concorrer às eleições legislativas de 1966. Dessa forma, como o governo demandava uma oposição a seu partido (ARENA) e já que o bipartidarismo surge de uma “imposição” da lei, o MDB acaba por ser criado de maneira verticalizada, de cima para baixo (KINZO, 1988). Institucionalmente, o bipartidarismo nascente do regime militar ofereceria uma oposição clara (o MDB) ao partido do governo, mas que teria um caráter figurativo, simbólico, como cita Kinzo (1988):

A intenção era, portanto, criar uma estrutura partidária organizada em termos de apoio – ou ausência deste – ao governo: agrupar em um único partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime, e em um fraco partido de oposição as forças políticas remanescentes (KINZO, 1998, p. 29).

Ademais, podemos ver que os termos escolhidos para nomear os partidos (“Movimento” e “Aliança”) dão um caráter de transitoriedade a esses “partidos”, e que neles se encontra camuflado o antigo sistema multipartidário, mas agora sob a égide de uma nova legenda, já que a estrutura de poder teve de ser alterada. Como aponta Duverger (1979, p.170),

Em toda comunidade humana, a estrutura de poder é o resultado de duas forças antagônicas: as crenças, por um lado; as necessidades práticas, por outro. Em consequência, a direção dos partidos – como a da maioria dos grupos sociais atuais: sindicatos, associações, sociedades comerciais etc. – apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica.

Sob outra perspectiva, Grinberg (2009) cita que a criação da Arena pelo governo militar não foi algo meramente institucional, artificial, com a congregação da maior parte dos Udenistas

---

<sup>32</sup> LEI Nº 4.740, DE 15 DE JULHO DE 1965, disponível online.

ou dos Psdbistas apoiadores do golpe de 1964, mas, sim, foi dada pelo consenso de uma elite conservadora que queria manter sua representação social histórica perante o regime. Os nomes de Magalhães Pinto, Benedito Valadares, Milton Campos e Gustavo Capanema podem ser citados aqui como exemplo de representações dessa elite que, antes mesmo do golpe de 1964, já refletia a visão da sociedade que o novo regime tentava implantar – anticomunistas, revisores da ordem, da moral e dos bons costumes e contra a anarquia que teria se instaurado na sociedade brasileira (GRINBERG, 2009).

Para elucidar a Formação Discursiva do governo militar, analisemos, em seguida, as sequências 8, 9 e 10.

SD 8:

Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Creio em que os partidos políticos valem como forças vivas que atuam sobre a vida nacional, quando a dinâmica das idéias prevalece sobre a pequenez dos interesses pessoais. E sinto que urge fortalecer o Partido da Revolução, para que ele seja, não só o sustentáculo deste governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com o pensamento revolucionário. E espero da Oposição quer nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo (BRASIL, 1969a, p.39).

SD 9:

Minha presença, nesta hora primeira de meu Governo, em Convenção assim partidária, pretende significar que é chegado o tempo de reconstrução de nossa vida política. Antes que tudo, a presença é afirmação de minha fé revolucionária. Aqui venho cedo porque este é o Partido da Revolução, o agrupamento de homens a quem cumpre dar sustentação política a meu Governo — até mesmo para que a plenitude democrática se adiante — e semear, no chão das gentes que os elegeram, as sementes da duração de nossos ideais no exercício do poder (BRASIL, 1969b, p.46).

SD 10:

Vejo que até as palavras que escrevem o nome de nosso Partido respondem a inspirações mais profundas. Sinto que a aliança é a nossa força — a união, a harmonia, a fidelidade. Quem se tem renovador não sucumbe ao desalento, mas recomeça e reforma, rejuvenesce, restaura, revigora. Compreendo nacional, o que supera as ambições provincianas e as questiúnculas de campanário, para compor, na diversidade dos regionalismos e nas legítimas aspirações da gente de toda parte, um projeto integrado de Brasil potência. E encontro em nossa sigla a síntese e a advertência; que a ARENA não

seja um lugar de contenda, antes um campo de discussão, e, sempre, o chão de gladiar em favor dos interesses da Pátria e do povo (BRASIL, 1969b, p.47).

O Presidente Médici deixa claro que os Partidos Políticos são uma força política importante que não só caracterizam a sociedade (quando diz que “os partidos políticos valem como forças vivas que atuam sobre a vida nacional”), mas que dão força ao regime (ou que o regime deles também depende) ao dizer que: “este é o Partido da Revolução, o agrupamento de homens a quem cumpre dar sustentação política a meu Governo” (BRASIL, 1969b, p.46).<sup>33</sup> Os partidos políticos formavam o elo de representação social que o presidente estava interessado em perpetuar. Manter os partidos bem alinhados significava estar representado em todo o território nacional, além de manter a imagem política do regime. Nesse sentido, tendo em mente que a ditadura brasileira foi marcada essencialmente por ser um processo ocorrido nos meios civis e militares, Médici se direciona aos partidos como entes que detêm o poder de moldar o cenário político: “o agrupamento de homens a quem cumpre [...] semear, no chão das gentes que os elegeram, as sementes da duração de nossos ideais no exercício do poder” (BRASIL, 1969b, p.46). Diferentemente da maneira como se dirigia ao povo nas sequências discursivas anteriores, Médici não se refere aqui a um processo democrático – talvez por pressupor que partidos políticos e eleições fossem constituintes somente de democracias –, mas o discurso de desenvolvimento ainda persiste, mesmo que secundário: “[...] para compor, na diversidade dos regionalismos e nas legítimas aspirações da gente de toda parte, um projeto integrado de Brasil potência” (BRASIL, 1969b, p.47).

Médici por vezes causa a impressão de não querer conversar com o povo “representado” pela figura do partido, mas parece direcionar seu discurso à classe dirigente do partido, que, por assim dizer, deveria transpor os interesses do governo. Esse redirecionamento ocorre porque Médici tenta ancorar suas ambições e suas demandas na classe dominante do partido, que tem o poder de ditar as diretrizes que serão adotadas por meio de suas representações e que terão a responsabilidade de fazer a ponte entre a sociedade e o governo. Essa classe dominante é excludente, com poucos representantes e, portanto, capaz de desenvolver, de maneira facilitada,

---

<sup>33</sup> Reforça, portanto, a ideia de Grinberg (2009), que vê o partido da ARENA não somente como um ente criado artificialmente, mas como a representação nítida de alguns setores (conservadores) da sociedade brasileira que deram sustentação ao golpe de 1964.

um vínculo ou acesso direto com a cúpula presidencial (com as demandas do presidente). Como aponta Duverger (1979, p. 188),

A direção dos partidos tende naturalmente a assumir uma forma oligárquica. Uma verdadeira “classe de chefes” ali se constitui, uma casta mais ou menos fechada, um “círculo interior” de difícil acesso. Esse fenômeno aplica-se tanto aos chefes aparentes como aos chefes reais, tanto aos dirigentes autocráticos como os dirigentes democráticos. Teoricamente, a eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia; de fato, parece antes favorecê-la (DUVERGER, 1979, p. 188).

O partido da ARENA é usado pelo governo como um AIE, cuja função é semear as intenções do governo para com o povo e com os projetos de desenvolvimento da nação: “urge fortalecer o Partido da Revolução, para que ele seja, não só o sustentáculo deste governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com o pensamento revolucionário” (BRASIL, 1969a, p.39). A harmonização ao “pensamento revolucionário” pressupõe apoio político, algo necessário para que o regime pudesse manter as aparências externas de viver sob a égide democrática. Nesse sentido, Médici ainda utiliza o lugar dos partidos como uma “arena de debate”, na qual as ideias podem fluir positivamente, em que se espera que a oposição “nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo” (BRASIL, 1969a, p.39), algo muito diferente da censura que era imposta nas ruas. Ademais, a ARENA estaria inserida, nesse contexto, como um viés unificador dos interesses do povo<sup>34</sup>: “que a ARENA não seja um lugar de contenda, antes um campo de discussão, e, sempre, o chão de gladiar em favor dos interesses da Pátria e do povo” (BRASIL, 1969b, p.47).

Sob esse viés, na oitava e na nona sequência, Médici parece pedir ajuda para a Arena, para que os objetivos do governo pudessem ser cristalizados. Essa ajuda, como dito anteriormente, seria advinda de apoio institucional, da manutenção regional do controle do povo e da oposição. É interessante notar que o presidente utiliza “Oposição” com letra maiúscula, referenciando-a como uma entidade única – embora não fosse. A nona sequência é permeada pela tentativa de dar autoridade a si próprio na mesma medida em que conferia legitimidade às ações

---

<sup>34</sup> Os interesses do povo eram os interesses que o governo queria que assim o fosse (determinava). A construção discursiva de um Brasil-Potência era calcada no trabalho braçal do povo, na industrialização acelerada da economia, e, por isso, fazia-se necessário manter o povo sob vigia, às rédeas curtas. Os interesses do povo são distintos se compararmos os dois partidos políticos: os arenistas, com a elite, os emedebistas com o proletariado, a grosso modo.

do partido na décima sequência. Médici utiliza de pronomes possessivos de primeira pessoa (“minha” em “minha presença”, “meu” em “meu governo” – duas ocorrências –, “minha” em “minha fé”) ao mesmo tempo em que se coloca como parte integrante do partido (“nosso Partido”, “nossa força”, “nossa sigla”) e, portanto, como alguém que também vai lutar pelos “interesses da Pátria e do povo”. Há, nessas sequências, a união do sujeito presidencial com a entidade partidária e, destarte, com o povo. Contudo, a ligação ao povo não é direta, como anteriormente, mas sim intermediada pelos partidos.

Seguindo essa análise, perpassando as SDs 8, 9 e 10, é interessante notar que, mesmo que para interlocutores diferentes, os discursos apresentam necessidades parecidas, como é o caso do desenvolvimento. Assim, podemos inferir que os Partidos Políticos estão inscritos na mesma Formação Discursiva (desenvolvimentista), já que a ideia de disputa política está sendo posta com o objetivo de unificar a população às ideias do regime, propagando sua ideologia, no intuito de conciliar as divergências políticas (entre o MDB e a ARENA) em prol do desenvolvimento nacional. Nestas sequências, o que fica em evidência é a luta política, a qual pressupõe regras claras para que a Oposição e o Regime possam conversar, mas que delimita, não obstante, quem tem mais valor (a ARENA, claro). O desenvolvimento, ademais, fica evidenciado como objetivo final, se atendidas as demandas estabelecidas pelo presidente, embora não apareça em nenhuma das sequências selecionadas, como também não aparece em outros discursos proferidos para a ARENA – um em homenagem que a Arena prestou ao presidente em 1971 (BRASIL,1971c); outro em 1973, quando indicou o nome de Geisel para sucedê-lo (BRASIL, 1973h).

### **2.3.3 A Diplomacia**

À diplomacia coube a tarefa de servir de bastião dos interesses nacionais. Mesmo caracterizando-se como polo de poder, a diplomacia integra, com menos dinâmica que os partidos políticos, a esfera de influência governamental. Foi incumbida, assim, de garantir que o desenvolvimento do Brasil fosse buscado também via alianças externas e que a imagem do país no exterior fosse de prosperidade e união. Nesta seção, serão utilizadas, também, sequências discursivas advindas não dos discursos do presidente Médici, mas de seu chanceler, Mário Gibson Barbosa. Essa seleção se deu pela necessidade de inclusão da discussão diplomática entre o Brasil e a comunidade internacional que, à época, ficava mais ao encargo do Itamaraty e dos

diplomatas. Não se fazia tanto uso da diplomacia presidencial (FIGUEIRA, 2011) e, portanto, selecionamos discursos que fossem capazes de empregar como a matéria de desenvolvimento foi levada à discussão internacionalmente. Para ilustrar esses aspectos, selecionamos as SDs seguintes.

SD 11:

A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: *desenvolvimento*. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa no século XX o que a independência política representou no século XIX. No trabalho comum para colimar esse objetivo supremo, a diplomacia brasileira tem função primordial a cumprir. O progresso do BRASIL terá de ser fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem-intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo do crescimento (BRASIL, 1970c, p.29, grifos no original).

SD 12:

Compete, pois, à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam junto conosco a dura batalha do *desenvolvimento*, como lhe cabe envidar todos os esforços para lograr a adesão dos países desenvolvidos aos postulados que defendemos e de cuja aplicação depende, já agora, o próprio progresso da humanidade (BRASIL, 1970c, p. 29, grifos no original).

SD 13:

A diplomacia brasileira está chamada a exercer, de forma criadora, atividade cada vez mais difícil e intrincada. Cabe-lhe não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para *antecipar o que seremos*. Deve, por isso, ao observar o mundo para recolher da experiência de outros povos o que pode servir ao *nosso progresso*, adaptar-se incansavelmente às transformações que ocorrem no cenário internacional e às frequentes mutações do jogo do poder, pois a matéria com que lida é, por definição, fluida e inconstante (BRASIL, 1970c, p. 31, grifos no original).

Percebemos, nas SDs aqui selecionadas, o pressuposto de que a diplomacia brasileira deve se engajar na busca pelo desenvolvimento e que ela “tem função primordial a cumprir”. Quando Médici diz que “O progresso do BRASIL terá de ser fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo do crescimento”(BRASIL, 1970c, p.29) está se referindo às alianças externas que devem ser buscadas como forma de dinamizar as possibilidades brasileiras no cenário internacional, aliado ao auxílio dos países desenvolvidos e dos outros países que “travam junto conosco a dura batalha

do *desenvolvimento*”(BRASIL, 1970c, p.29), algo típico da Diplomacia do Interesse Nacional (SOUTO, 2013), que preconizava que o desenvolvimento era indispensável para a Paz e que eliminar o subdesenvolvimento era responsabilidade de todas as nações. Além disso, quando o então presidente coloca que “Cabe-lhe [à diplomacia] não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para *antecipar o que seremos*” (BRASIL, 1970c, p.31), vemos que, mais uma vez, a busca pelo desenvolvimento percorre, também, o papel de autonomia designado ao Itamaraty. Diferentemente dos outros polos de poder, a diplomacia é a única que está inserida em um processo de autonomia (relativa, é verdade) na busca pelo desenvolvimento, já que opera via governo, e que, por isso, diferentemente das outras, não sofre de maneira tão incisiva com os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, já que é, ela mesma, um AIE.

As ações diplomáticas do Brasil estariam engajadas, dessa forma, de duas maneiras distintas: a aliança com os países emergentes na busca pelo desenvolvimento (acesso a tecnologias e mercados, industrialização, etc.) e os questionamentos quanto à relação de poder na esfera internacional (SOUTO, 2013).<sup>35</sup> Essas diretrizes foram seguidas, embora por vezes o discurso tenha se alterado, por Mário Gibson Barbosa nos pronunciamentos à ONU, por todo o mandato que exerceu como chanceler. Em 1970, ao discursar para as Nações Unidas, Barbosa apresentou o Brasil como uma nação em desenvolvimento, com um sistema próprio (único) para esse fim, mas que julgava ser necessário que houvesse uma política comum (universal) de desenvolvimento para aqueles países que estariam em vias de se desenvolver (BARBOSA, 1970b):

SD 14:

Não estamos a pleitear solução para nosso modelo nacional. Temos plena consciência de que o desenvolvimento do Brasil é uma responsabilidade própria, da qual não abdicamos. Estamos, isto sim, colocando os termos de um problema em bases universais (BARBOSA, 1970b, p. 263).

Barbosa faz, também, uma crítica contundente ao realismo político – por ser ele o responsável pela corrida armamentista e pela manutenção do temor de uma Nova Guerra – e seus

---

<sup>35</sup> O bilateralismo, muito presente nas negociações brasileiras, e utilizado de forma sistemática nas negociações internacionais que envolviam os interesses materiais do país (como o acesso à tecnologia de ponta) não foi evidenciado nos discursos do chanceler, muito pelo contrário. Quando o Brasil discursava na ONU, a opção sempre foi pelo multilateralismo reivindicatório, na busca de união dos países em desenvolvimento e na contestação da política de congelamento do poder internacional (SOUTO, 2013).



conceitos (esfera de influência, balança de poder, doutrina de soberania) pela manutenção do *status quo* e do congelamento do poder a nível mundial (BARBOSA, 1970b). Esse discurso está intimamente ligado ao proferido pelo chanceler, no mesmo ano, para a ESG. Na ocasião, caracterizou o Brasil como uma potência média em desenvolvimento acelerado, algo que ninguém poderia negar, e que o principal objetivo do país era alcançar o desenvolvimento, o que seria alcançado pelo fato de o Brasil empregar medidas nacionalistas para esse fim. O chanceler discursou, ademais, sobre o aumento do poder do Brasil na esfera internacional e sobre o fato de o país ter uma meta a ser atingida (a de se tornar uma potência), aludindo ao objetivo da Grã-Bretanha, que é o de manutenção de seu *status* de “grande potência de segunda classe”:

SD 15:

Advirto desde já, porém, que não creio útil a adoção por nós de um modelo inglês, ou de qualquer outro modelo. Nem estou propondo que procuremos tornar-nos uma “grande potência de segunda classe”. Nosso modelo há de ser próprio, orientado pelas coordenadas históricas do momento, fundado em nossas próprias necessidades e aspirações. E o que hoje é de claro entendimento – como a expressão “grande potência de segunda classe” – pode não o ser amanhã (BARBOSA, 1970a, p. 323).

Em 1971, com o entendimento da consolidação da *détente*, Barbosa discursa também às Nações Unidas em prol de um multilateralismo e apoio entre as nações. Já que a bipolaridade não tinha dado certo, o novo sistema internacional não deveria ser comandado por um número restrito de nações, mas sim por aquilo que a Carta das Nações Unidas pregava: o entendimento comum. O então chanceler critica ainda mais a política de poder internacional (a palavra poder aparece 25 vezes no texto), principalmente os Estados Unidos e a URSS, por tentarem impor um sistema de divisão mundial e relegar os Estados menores ao papel de meros espectadores ou protegidos do poder (BARBOSA, 1971). Barbosa cita o discurso de Médici ao Congresso Nacional, do mesmo ano, que diz que o Brasil se opõe veementemente à divisão internacional em zonas de influência e que a paz seria essencial ao progresso e ao desenvolvimento das nações (BRASIL, 1971b).

Essa crítica ao congelamento de poder nas relações internacionais aparece também nos discursos do então presidente Médici em duas ocasiões. A primeira durante o almoço oferecido pelo Vice-Presidente dos Estados Unidos, Spiro T. Agnew, em Washington, em 1971, e a segunda em 1972, quando Médici oferece um almoço de recepção ao então presidente Argentino, Alejandro Lanusse:

SD 16:

O Brasil não acredita que os problemas mundiais possam ser examinados e resolvidos mediante um congelamento da estrutura do poder mundial, nem pelo estabelecimento de esferas de influência. Não podemos aplicar a nosso século esquemas e artifícios políticos anacrônicos. O rio da História terá de seguir seu curso – e isto implica mutações, transformações e deslocamentos de poder. Acreditamos em uma comunidade de nações livres e soberanas que sentem a necessidade histórica de afirmar-se, num mundo em que o progresso e o desenvolvimento de uns não devem assentar em sacrifícios e prejuízos de outros, em que a soberania deve ser um instrumento de liberdade comum. Por isso mesmo, o Brasil está convencido de que, para ser efetivo, qualquer passo concreto no sentido da realização do conceito de interdependência dos diferentes membros da comunidade das nações há de pressupor, necessariamente, os estágios prévios de soberania política e de emancipação econômica (BRASIL, 1971e, pg. 50 – 51)

#### SD 17:

Juntos nos empenhamos na tarefa de promover o desenvolvimento econômico, que consolida e assegura a independência política. Unidos nos esforçamos por incrementar cada vez mais o comércio entre os nossos dois países e conquistar novos mercados em todas as áreas do mundo. Coesos defendemos os mesmos princípios contra a cristalização de posições de poder, contra os obstáculos que se erguem nos mercados dos países altamente desenvolvidos, em prejuízo do crescimento de nossas exportações. (BRASIL, 1972d, pg. 20)

Essas críticas ao congelamento de poder são características básicas da Diplomacia do Interesse Nacional, a qual pregava a tese da interdependência<sup>36</sup> como ideologia dos países altamente industrializados. Logo, o país deveria, primeiramente, ser independente e depois interdependente. Além disso, o Brasil se posicionava a favor de uma revisão da Carta da ONU e ao combate às tentativas das grandes potências que queiram despolitizar as Nações Unidas, mediante a substituição de órgãos políticos por comitês técnicos. Essas medidas, aliadas à posição contrária à assinatura do TNP e às medidas impositivas de contenção do crescimento demográfico e também de proteção ambiental, que, tanto isoladas quanto em conjunto, impediriam ou atrasariam o desenvolvimento nacional, beneficiando apenas às Grandes Potências, que já haviam tirado proveito dessas situações (SOUTO, 2013).

Em 1972, com discurso mais moderado em relação às superpotências, o então chanceler apresenta o Brasil como um país emergente, que estaria disposto a assumir responsabilidades e obrigações internacionais mais amplas, devido ao alto grau de desenvolvimento que estava atingindo. Ressurge, nesse ano, o entendimento brasileiro de que a Carta das Nações Unidas

---

<sup>36</sup> “Conceito de Interdependência” é o título do discurso da SD 16.

deveria ser modificada, a contemplar melhor a comunidade internacional que estava em mutação (BARBOSA, 1972). Em 1973, mesmo com os sucessivos choques externos, o Brasil, fortalecido pelo Milagre Brasileiro, retoma o discurso de responsabilidades e encargos globais, e diz ser capaz de ajudar. O ponto mais importante, porém, além das já mencionadas críticas ao congelamento do poder internacional e da política de poder exercida pelas Grandes Potências, centra-se na tentativa brasileira de se afirmar como país em desenvolvimento, com uma identidade “latino-americana” (a expressão aparece seis vezes durante o texto), o que não se via nos discursos anteriores (BARBOSA, 1973).

Enquanto que, na décima primeira sequência, o então presidente Médici alega que o desenvolvimento seria parte de “trabalho comum”, dependendo primordialmente do esforço interno e, depois, do esforço externo via diplomacia; na sequência número 12, ele busca imputar, à diplomacia, na convergência entre as nações que necessitam, também, alcançar o desenvolvimento. Esta tarefa em comum não pode ser confundida como destoante do preconizado pelo chanceler Barbosa na sequência discursiva 14, quando diz que “o desenvolvimento do Brasil é uma responsabilidade própria”. Barbosa, assim como Médici, acredita que o Brasil deve se desenvolver, primeiramente, pelo esforço interno. As relações exteriores brasileiras seriam, dessa forma, apenas um meio de acelerar esse processo, que é, na visão de ambos, um problema universal. O caminho de desenvolvimento deve ser traçado pelo Brasil, olhando suas necessidades e aspirações, em um modelo próprio, que não vê no caso alheio (das Grandes Potências), o mesmo percurso histórico.

Nesse sentido, o discurso de Médici perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington serve muito bem de exemplo para caracterizar a solidariedade para com os países em desenvolvimento e a cooperação com os países desenvolvidos, premissas da Diplomacia do Interesse Nacional. Essa solidariedade e cooperação, contudo, não deveriam interferir no caminho e na tarefa únicos que cada Estado possui para atingir o desenvolvimento.

#### SD 18:

A concepção de que o desenvolvimento repousa no esforço nacional, atento às peculiaridades regionais, está longe de significar que o caminho a percorrer deve ser solitário. Mais do que nunca se impõem, assim, a cooperação e a solidariedade interamericanas e a ação concertada da América Latina, dada a analogia dos seus

problemas básicos. Diante da estreita correlação entre o desenvolvimento econômico e social e o comércio exterior, torna-se indispensável esforço conjunto, vigoroso e sempre renovado, para corrigir deformações e afastar empecilhos ao ritmo do nosso desenvolvimento. [...]

A cooperação para o desenvolvimento econômico e social deve, entretanto, processar-se em clima de autêntica solidariedade política e perfeita harmonia com os planos nacionais, definidos e elaborados sob a responsabilidade exclusiva dos Estados, pois a cada um deles cabe forjar seu próprio destino. (BRASIL, 1971f, pg. 41)

Este é o caso, também, da sequência número 19, em que o então presidente Médici, ao dirigir-se para o povo em cadeia nacional de rádio e televisão, em comemoração ao oitavo aniversário da “Revolução”, em 1972, deixa claro que o desenvolvimento brasileiro não foi fruto do acaso, mas sim de um plano nacional de desenvolvimento que foi perseguido pelo Estado brasileiro. Neste discurso, Médici deixa claro, também, que foi possível graças à utilização de todos os recursos disponíveis (uma deixa à crítica do congelamento de poder), materiais e físicos.

#### SD 19:

Por quatro anos consecutivos se assinalam, em nossa economia, taxas de crescimento que, sobre registrarem, nesse campo, o mais elevado progresso da nossa história, nos colocam entre os países em maior desenvolvimento no mundo. Comprova-se, desse modo, que os frutos da política brasileira, no setor econômico, não emanam de experiência ocasional, nem constituem simples conseqüência de fatores eventuais, mas resultam, ao invés, dos rumos certos e definitivos a que se encaminhou o País, com a plena utilização de seus recursos naturais, do seu potencial de trabalho e dos demais fatores de produção (BRASIL, 1972, pg. 28, DISCURSO 05).

Um fato que chama a atenção, também, é a aproximação com os centros de poder da Europa, na tentativa de consolidar mercados ou adquirir recursos financeiros. Nesse caso, a aproximação com Portugal pode ser encarada muito mais como de viés cultural e político do que econômico, ou que possa ter algum grau de envolvimento com as pretensões brasileiras de se tornar uma Potência. Nas seis ocasiões em que Médici discursa para representantes portugueses (BRASIL, 1972b; BRASIL, 1972c; BRASIL, 1973d; BRASIL, 1973e; BRASIL, 1973f; BRASIL, 1973g), seja em Portugal ou aqui mesmo no Brasil, em apenas uma a palavra “desenvolvimento” é encontrada no texto. Ainda nesse discurso em específico, a menção ao desenvolvimento não faz referência à economia ou aos projetos brasileiros de se consolidar como Potência, mas sim ao desenvolvimento da comunidade luso-brasileira (BRASIL, 1972c). A tônica de crítica ao congelamento de poder ainda é percebida e evidenciada, entretanto, apenas neste discurso (BRASIL, 1972c).

O que podemos inferir, a partir das diretrizes governamentais e dos discursos de seus representantes, tanto de Médici quanto de Mário Gibson Barbosa, é a dicotomia em relação à imagem do Brasil. Enquanto nos discursos para o público interno o então presidente Médici clamava por um Brasil (Grande) Potência e pela afirmação de que o país chegaria a enquadrar a lista das superpotências num futuro breve, os discursos de Barbosa, tanto internos quanto externos, referenciam o Brasil como uma Potência Média, País Emergente, ou potência em desenvolvimento. Embora esse entendimento (de que o Brasil era um país intermediário, já que não era Pequeno e ainda não tinha se tornado Grande) estivesse implícito nos discursos de Médici, a opção pela *grandeza* enaltecia o ufanismo interno e reivindicava o Brasil como Grande Potência enquanto a estratificação do cenário internacional limitava a referência do Brasil como Grande Potência, e, então, a solução era de obedecer à ordem, proclamando o país como nação intermediária, como fazia Barbosa.

#### 2.4 Considerações finais

O projeto Brasil Grande Potência teve suas amarras em todos os níveis sociais. Ficou claro que o objetivo do governo com esse projeto era tornar o Brasil um país desenvolvido, uma Grande Potência mundial. Não por acaso, percebemos que a palavra-chave em todos os discursos presidenciais e nas sequências discursivas aqui expostas foi “desenvolvimento”. O “desenvolvimento” adquiriu característica de Formação Discursiva primordial para os projetos governamentais. Assim, percorreu todos os principais polos de poder – guiado pela Formação Ideológica de instrução militar, que fora concebida e aprimorada dentro da Escola Superior de Guerra –, entrelaçando-os, atravessando-os e criando uma memória discursiva de fator congregador. A ideia do presidente Médici e do Brasil Grande Potência foi a de unir a nação em um projeto único, nunca antes executado, que perpassasse todas as esferas e classes sociais e se aglutinasse em algo que poderia (e deveria) ser levado para o futuro. Sendo assim, retomando os objetivos desse trabalho, percebe-se que a utilização da ação governamental, pelos discursos presidenciais, tinha a função de aderir os campos políticos (a sociedade, os partidos políticos e a diplomacia) ao objetivo governamental de tornar o país desenvolvido, uma Grande Potência. Desse modo, a formação discursiva desenvolvimentista adentrou à sociedade, congregando os polos de poder e sintonizando-os de maneira a trabalharem em prol do desenvolvimento da

nação. Consoante, portanto, com as ideias de Bielschowsky (2004; 2013) e de Cervo (2003), que traçam esse período da história brasileira como a era desenvolvimentista, ou como o Paradigma desenvolvimentista, respectivamente. Compreende-se, ademais, que a utilização sistemática da palavra “desenvolvimento”, nos discursos governamentais, do presidente e do seu chanceler, tinha por finalidade criar uma memória discursiva para transformá-la em objetivo nacional, pois não importava a que polo de poder o presidente discursava, a ideia de desenvolvimento estava presente. Nos casos em que a omissão da palavra, ou o silenciamento dela, como trata a AD, se fizeram presente, como no caso dos discursos para a Arena, o objetivo do desenvolvimento se encontrava presente, mesmo que de maneira tangente. A união do povo e a sua subjugação à ideologia militar e à segurança eram fatores essenciais para que o desenvolvimento pudesse ser alcançado. Assim, melhor um povo unido em prol disso, ou acalmado, seguindo suas lideranças partidárias, do que a repressão que causava repercussão na comunidade internacional.

Neste interim, cabe ressaltar que a formação ideológica militar não caracterizou ruptura ou esquecimento da formação discursiva apresentada, mas sim algo que a tornou mais forte, que a solidificou. A formação discursiva de desenvolvimento significou a projeção do Milagre Brasileiro, por meio do projeto Brasil Grande Potência, nas diferentes áreas de atuação do discurso político do Regime Militar brasileiro e criou, ademais, uma zona de análise altamente rica. A Formação Ideológica, por sua vez, foi fundamental para congregar diferentes nichos ou frações de classe dentro do estamento militar e por solidificar a formação discursiva desenvolvimentista, que foi levada a cabo, de maneira distinta, por todos os governos militares brasileiros. Essas frações, embora disputassem internamente o poder e as rédeas do governo, optaram por dar seguimento, quando no governo, ao projeto desenvolvimentista. A formação ideológica tem essa capacidade de perpassar, atravessar e se unir às diferentes FDs e tornar-se parte dos diferentes discursos e das diferentes conjunturas.

A análise discursiva do período nos mostra, portanto, que, diferentemente dos governos anteriores, o desenvolvimentismo alcançou um grau tão importante para o governo Médici que virou uma meta e um símbolo nacional. Reproduzido internamente pelo projeto Brasil Grande Potência – em que os partidos políticos e a sociedade tiveram papel fundamental de congregação das ideias e união em prol do objetivo principal do projeto (desenvolvimento) – e, externamente, como propulsor de um modelo econômico que dava certo, ajudou a projetar a imagem brasileira para o mundo. O Brasil assumiu responsabilidades externas de auxílio perante a comunidade

internacional e se consolidava, paulatinamente, como um ator dotado de voz. Ainda, possibilitou que o Brasil passasse a questionar, de maneira mais incisiva, o congelamento de poder no sistema internacional e as ações externas que eram tomadas em prol unicamente das Grandes Potências. Nesse viés, a formação ideológica do regime seguiu sendo, embora com menor vigor se comparado com os governos anteriores, fundamental para a execução do plano nacional do governo Médici. A atuação dos Aparelhos Ideológicos do Estado foi, nesta medida, fundamental para a consolidação desses objetivos, ao passo que silenciavam as demais formações ideológicas (como a comunista) e solidificavam o papel do regime como fundamental para a reconstrução do país. Diferentemente do governo de Castelo Branco, em que a prioridade era o combate ao Comunismo, ou de Costa e Silva, em que a prioridade era a Segurança aliada ao Desenvolvimento, para Médici o desenvolvimento se concretizou como um legado a ser deixado para o país, algo que, construído e solidificado, elevaria a capacidade de internacionalização brasileira e promoveria uma reestruturação social interna.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA A AGENDA DE PESQUISA**

Esta pesquisa teve por objetivo compreender o projeto Brasil Grande Potência, do presidente Médici, por meio de uma perspectiva diferente, utilizando a teoria de análise do discurso de linha francesa, *pecheutiana*. Essa teoria, pouco utilizada na ciência política, visa compreender a lógica de atuação dos atores sociais a partir de variáveis pouco representadas tradicionalmente, como a formação ideológica e a discursiva, dela derivada. A partir da compreensão desses elementos, pode-se realizar a sistematização da análise discursiva de um determinado *corpus* teórico e, então, partir para a análise do discurso. Dessa maneira, este artigo se afasta da lógica tradicional de análise da Ciência Política e do campo das Relações Internacionais, ao propor uma metodologia diferente de discussão.

Considerando os pontos apresentados neste artigo, a agenda de pesquisa pode avançar por algumas direções potencialmente profícuas, de modo a compreender a relação discursiva de diferentes projetos governamentais ou a relação entre política externa e desenvolvimento, que foi um dos pontos deste trabalho. Uma primeira possibilidade seria dar seguimento à análise do projeto Brasil Grande Potência no governo Geisel, o qual, mesmo com limitações externas e os vários choques internacionais que eclodiram em sua gestão, foi o responsável por intensificar o

desenvolvimento brasileiro e por dar seguimento a este projeto, com o II PND. Geisel representou um rompimento com a política externa dos três governos anteriores a partir da tentativa de inserir o Brasil de maneira mais autônoma no cenário internacional, e, não obstante, o desenvolvimentismo não só continuou presente em seu governo, mas ganhou força.

Uma segunda possibilidade de análise seria a realização de um panorama geral da inserção internacional do Brasil, na ditadura militar, a partir do desenvolvimento nacional. Como exposto neste artigo, a formação ideológica militar desenvolveu uma formação discursiva desenvolvimentista, que teve como fim a industrialização brasileira e a entrada do país no hall das Grandes Potências. Realizada de maneiras diferentes, a inserção estratégica brasileira poderia ser estudada a partir desse viés, e os discursos dos presidentes analisados de modo a sistematizar as opções de afastamento ou aproximação com os Estados Unidos, por exemplo, ou a relação com os vizinhos sul-americanos na busca pela liderança da América Latina.

Um terceiro viés de análise poderia ser a verificação dos questionamentos brasileiros quanto à manutenção do *status quo* internacional e contra a política de poder que esteve presente no cenário internacional durante a Guerra Fria. Essa manutenção inibia, de certa forma, a internacionalização e a projeção brasileira enquanto país emergente (ou Potência Média) e acirrava as competições pelo domínio/preponderância regional. A disputa político-hegemônica com a Argentina pode ser analisada sob esse prisma, no qual a corrida nuclear, desencadeada no Cone Sul, representou o auge do paradigma de poder.

A escolha de análise deste projeto em específico se deve ao objetivo do pesquisador de continuar com os estudos sobre a Política Externa Brasileira dos governos militares. Coube, a este artigo, tentar elucidar de que forma uma ideia de desenvolvimentismo foi utilizada pelo governo como sustentáculo de uma política mais pragmática que as anteriores, dada suas limitações. Além disso, a escolha do tema foi fundamental para tentar dar prosseguimento a uma metodologia (e teoria) que, como dito anteriormente, ainda é pouco utilizada pela ciência política e pelas relações internacionais. Mesmo que a teoria da análise do discurso se utilize do marxismo (por meio do materialismo histórico), os conceitos são pertencentes a outra área do conhecimento e, portanto, mais difíceis de serem agregados ao nosso uso.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=2027>
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Trad. de TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BANDEIRA, M. *Brasil – Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido para a Escola Superior de Guerra, em 17 de junho de 1970. In: BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970a, 359 p.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Genebra, em 10 de julho de 1970. In: BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970b, 359 p.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido na XXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 27 de setembro de 1971. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.
- BARBOSA, M. G. XXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 25 de setembro de 1972. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.
- BARBOSA, M. G. XXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 24 de setembro de 1973. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.
- BARROS, A; CHAVES, L. G. B. **ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)**: Verbete. Verbete temático elaborado pelo CPDOC - FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRAGA, P. R. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações

encobertas. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 46-65, Dec. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200003&lng=en&nrm=iso):. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1948). Decreto nº 25.705, de 22 de outubro de 1948. : Estabelece normas para a organização da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, RJ, 25 nov. 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25705-22-outubro-1948-340304-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1964). Decreto - Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. : Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, 15 jun. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional nº2**. Rio de Janeiro, 27 out, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Mundo sem fronteiras - Discurso de posse**. Brasília, 30 out. 1969a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/04.pdf/view>

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Tempo de reconstrução - Discurso pronunciado na Convenção da ARENA**. Brasília, 20 nov. 1969b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/05.pdf/view>

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Primeiras diretrizes traçadas pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici a seus ministros de estado, em reunião ministerial** - primeiras diretrizes, lidas em reunião ministerial e divulgadas pela Secretaria de Imprensa. Brasília, 6 jan. 1970a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/01/view>

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **A sociedade a construir - aula inaugural proferida na Escola Superior de Guerra, na Guanabara**. Rio de Janeiro, 10 mar. 1970b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/07/view>

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Diplomacia para o desenvolvimento - discurso proferido no Palácio do Itamaraty**. Brasília, 20 abr. 1970c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/10/view>

BRASIL. Presidência da República. **Metas e Bases para a Ação de Governo, 1970** – Síntese. Brasília, setembro de 1970d. Disponível em: <http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/123456789/1068>>. Acesso em 18 nov. 2019.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **As relações de confiança** - discurso do Presidente Médici, na homenagem que lhe prestou a Arena. Brasília, 1 de fevereiro de 1971c. Disponível em

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/02.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Conceito de interdependência** - discurso durante o almoço oferecido pelo Vice-presidente Spiro T. Agnew, dos Estados Unidos da América, na Anderson House. Washington, 8 de dezembro de 1971e. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/21.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Foro de Liberdade** - discurso perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. Washington, 8 de dezembro de 1971f. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/20.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Retorno ao solo** - discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, ao receber do Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, de Portugal, os restos mortais de Dom Pedro I, junto ao monumento Nacional dos Mortos da II Guerra Mundial. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1972b. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/08.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Ideal comum** - discurso de saudação ao Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, de Portugal, durante banquete no Palácio do Itamarati. Brasília, 24 de abril de 1972c. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/09.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Os temas do diálogo** - discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici durante banquete oferecido ao Presidente Alejandro Lanusse, da Argentina, no Palácio do Itamaraty. Brasília, em 13 de março de 1972d. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/04.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **A inventiva coragem** - discurso do Presidente Médici durante o banquete oferecido pelo Presidente de Portugal, no Palácio da Ajuda. Lisboa, 14 de maio de 1973d. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/11.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Reencontro** - saudação do Presidente Emílio Médici ao Presidente Américo Thomaz, ao desembarcar em Lisboa. Lisboa, 14 de maio de 1973e. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/10.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Conhecer o porto** - improviso do Presidente Médici ao agradecer a saudação do Presidente da Câmara Municipal do Porto. Porto, 16 de maio de 1973f. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/12.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

- BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Dias memoráveis** - palavras do Presidente Médici, despedindo-se do Presidente Américo Thomaz, enviadas de bordo da aeronave que o trouxe de volta ao Brasil. Portugal, 19 de maio de 1973g. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/13.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.
- BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Continuidade Revolucionária** - palavras do Presidente Médici lidas perante os membros da Comissão Executiva Nacional da Arena, no Palácio do Planalto. Brasília, 18 de junho de 1973h. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/15.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1972-74**. Rio de Janeiro, 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em 18 nov. 2019.
- BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional de 1971**. Brasília, 1971b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1971/view>>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970, 359 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1971. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1973a, 293 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1972. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1973b, 365 p
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1973. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1974, 307 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1969**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1969. 239 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201969.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1970**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1970b. 231 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201970.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1971**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1971d. 293 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201971.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1972**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1972. 237 p. Disponível em:

<<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201972.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1973**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1973c. 257 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201973.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. AGÊNCIA SENADO. **Especial: Senado 74** – A eleição que abalou a ditadura. Brasília, 2014. Adriano Faria e André Fontenelle (Org.). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Presidente da República Federativa do Brasil. **Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas** – Nova York, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. Presidente da República Federativa do Brasil. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial** – Brasília, 1º de janeiro de 2019b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19899-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. Presidente da República Federativa do Brasil. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional** – Brasília, 1º de janeiro de 2019c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19887-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BIELSCHOWSKY, R. Ideología y desarrollo: Brasil, 1930-1964. **Revista de la CEPAL** (Online), v. 45, p. 155-177, 1991. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11839/045155177\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11839/045155177_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: Bielschowsky, R. (Org.). Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia. 1ed. Brasília: CGEE, 2013, v. 1, p. 137-210. Disponível em: <[https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PDE\\_V1\\_Web\\_08082014\\_17244.pdf/098f5af4-31be-4e46-a08d-a32c335facdc?version=1.0](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PDE_V1_Web_08082014_17244.pdf/098f5af4-31be-4e46-a08d-a32c335facdc?version=1.0)>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964). 5a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1. 496p

- CAMPOS, P. H. P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduf, 2014
- CARDOSO, F. H. *Estado y Sociedad en America Latina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.
- CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 46, n. 2, p. 5-25, Dec. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Jan. 2020
- COIMBRA, C. M. B. DOCTRINAS DE SEGURANÇA NACIONAL: BANALIZANDO A VIOLÊNCIA. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p.1-22, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2019.
- COURTINE, J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.
- DUVERGER, M (1979). *Os Partidos Políticos*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: Editora da Esg, 2019. 164 p. Disponível em: <[https://www.esg.br/publi/copy\\_of\\_ManualdeFundamentosdoPoderNacionalFPN20192aEdiao.pdf](https://www.esg.br/publi/copy_of_ManualdeFundamentosdoPoderNacionalFPN20192aEdiao.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- FERREIRA, M. **O caráter Singular da língua na análise do discurso**. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003, p. 189-200.
- FICO, C. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008, 336 p.
- FIGUEIRA, A. *Introdução à Análise de Política Externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FONSECA JR., G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GARCIA, E. V. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 40, n. 1, p. 18-40, June 1997 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291997000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000100002>.
- GONÇALVES, W. S.; MIYAMOTO, S. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, dez. 1993. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1964>>. Acesso em: 28 Out. 2019.

- GREMAUD, A. P. Autoritarismo, Crescimento Econômico e o Esgotamento do Modelo de Desenvolvimento (1964–1984). In: GREMAUD, A. P.; SAES, F. A. M.; JUNIOR, R. T. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.
- GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao discursivo: o imbricamento de diferentes posições sujeito. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso UFRGS, 2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos...Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 01-11. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- GRINBERG, L. Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- GUIMARÃES, U. **Ulysses Guimarães: EDIÇÃO COMEMORATIVA AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO**. 66. ed. Brasília: Editora da Câmara, 2016. 557 p. (Perfis Parlamentares). Comentários de LUIZ GUTEMBERG. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30059>>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964–1973). In VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F.; CASTRO, B.C.; e HERMANN, J. (Orgs.). Economia Brasileira Contemporânea (1945–2004). São Paulo: Campus, 2005.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Tese de Doutorado. Campinas/São Paulo: UNICAMP, 1992.
- INDURSKY, F. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso**. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- JAGUARIBE, H. O Brasil; crise e alternativas. Rio de Janeiro, Zabar, 1974.
- LAGO, L. A. C. do (1990) "A retomada do crescimento e as distorções do 'milagre': 1967-1973", In: ABREU, Marcelo de P. A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 233-294.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA, M. F. P. Do Americanismo ao Universalismo: As Transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2227/1/2006\\_Marcos%20Felipe%20Pinheiro%20Lima.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2227/1/2006_Marcos%20Felipe%20Pinheiro%20Lima.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- MALLMANN, V. H. A questão nuclear entre Brasil e Argentina: o processo de adesão ao TNP. 2017. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187569>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MARTINS, C.E. "A evolução da Política Externa brasileira na década 1964-74". Cadernos CEBRAP, 12, São Paulo, 1974. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586581/mod\\_resource/content/1/Martins\\_Carlos\\_Estevam.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586581/mod_resource/content/1/Martins_Carlos_Estevam.pdf)>.

- MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, June 2008. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MARTINS, R. P. Política externa da ditadura civil militar brasileira: Governo Costa e Silva e as continuidades históricas na inserção internacional do Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, Santa Catarina, 2015. Disponível em: [http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434319753\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2015.pdf](http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434319753_ARQUIVO_ArtigoANPUH2015.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- MATHIAS, S. K. A Militarização da Burocracia. São Paulo: FAPESP/Editora da UNESP, 2004. 226p.
- MOURA, G. Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 277 p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/998-Relacoes\\_Exteriores\\_do\\_Brasil.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/998-Relacoes_Exteriores_do_Brasil.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- MOTTA, R. P. S. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- NICOLAU, J. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- O'DONNELL, G. "Modernización y Golpes Militares. Teoría, Comparación y el Caso Argentino". **Desarrollo Económico**, vol. XII, nº47, 1972.
- O'DONNELL, G. "Reflexiones sobre las Tendencias Generales de Cambio en el Estado Burocrático-Autoritario". Documento Cedes, nº1, 1975
- OLIVEIRA, N. D. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. **História**, Franca, v. 29, n. 2, p. 135-157, Dec. 2010. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742010000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Jan. 2020
- ORLANDI, E. **Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo, Cortez, Ed. Unicamp, 1990.
- ORLANDI, E. **O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise do Discurso**. Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/45408>>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. (Tradução Eni P. Orlandi). Campinas, SP: Pontes Editores, 1997.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975) **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de MARIANI, Betânia [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-252.



- PINHEIRO, L. Política externa brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PINTO, C. **Elementos para uma análise de discurso político**. Barbarói (USCS), v. 24, p. 87-118, 2006. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821>>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- REIS, E. M. P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, dez. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2166>>. Acesso em: 30 Jan. 2020.
- RESENDE, A. L. "Estabilização e Reforma: 1964-1967". In: ABREU, Marcelo de P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 213-233
- RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Nupri-USP; Cultura Editores Associados, 1996. p.37-60.
- SATO, E. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. spe, p. 8-28, 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300002&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 Jan. 2020
- SENNES, R. As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 143 p.
- SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SILVA, A. L. R. **A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento: a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 123 p. (Coleção Estudos Internacionais).
- SILVA, A. L. R. Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso. Curitiba: Juruá, 2009.
- SILVA, A. L. R (Org.); SVARTMAN, E. M. (Org.). *Inserção Internacional da Argentina e do Brasil: desafios da política externa e de defesa*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018. v. 1. 394p .
- SION, V. L. A política externa do governo Castello Branco nas atas do Conselho de Segurança Nacional: determinantes domésticos na ação internacional de um ator semiperiférico (1964-1967). 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), São Paulo, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139520/sion\\_vl\\_me\\_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139520/sion_vl_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- SOUTO, C. V. **A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médiçi**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013, 172 p.

- STEPAN, A. *The State and Society: Peru in Comparative Perspective* (Princeton: Princeton University Press), 1978.
- STEPAN, A. 'Paths toward Redemocratization: Theoretical and Comparative Considerations', in G. O'Donnell, P.C. Schmitter and L. Whitehead (eds), *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives* (Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1986):pg64–84.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G.. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso). access on 30 Jan. 2020.
- VISENTINI, P. F. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, 412 p.
- VISENTINI, P. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.